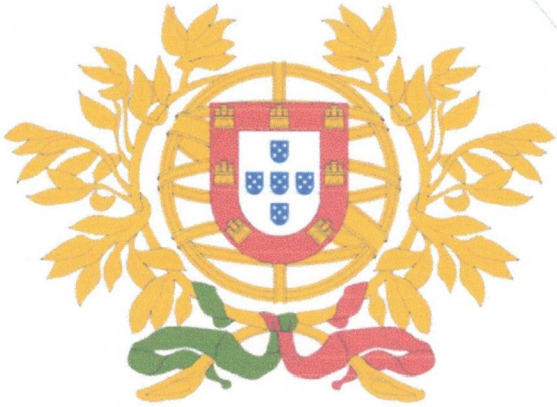


União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos

Município de Felgueiras

Anexos

Ata nº 37

FREGUESIA DE
MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS
Entrada: 29 / 04 / 2024
Despacho: ☐Urgente ☐P/ conhecimento
☐Secretário ☒Tesoureiro/a
☐GAF Macieira ☐GAG Caramos
☐À reunião de executivo ☐Pres. Assembleia
Obs.: 2-T-C
2-AC/as Linhas

União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Exmo. Senhor Presidente da
União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos

REQUERIMENTO DE CANDIDATURA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO

Contribuinte 510089690

Designação Casa do Povo de Macieira da Lixa

Presidente Ilídio António Ferreira Pinto

Morada Trav. Amarantinha, Ed. Casa das Coletividades

Código Postal 4615 401 Macieira da Lixa

Telefone **E-mail** cpmacieiradalixa@sapo.pt

Data da Fundação 07/12/2011 **Publicação de Estatutos em** Portal da Justiça **de** Felgueiras

Filiação Associação

Compromisso de Honra

Eu, abaixo-assinado (a), em nome da entidade acima identificada, venho apresentar o pedido de apoio à União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo, acompanhado por todos os documentos exigidos.
Certifico que todas as informações contidas neste processo de candidatura, incluindo os anexos do formulário, são verdadeiras.
Mais declaro, sob compromisso de honra, que o apoio solicitado se destina, exclusivamente, para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas.

Aos: 13 / 04 / 2024

Assinatura Ilídio Pinto

Fundamentação

Faça uma breve apresentação que fundamente a candidatura ao apoio, de acordo com o número 1 do art.º 6 do Regulamento de Apoio ao Associativismo.

Fundada sob a designação de Casa do Povo de Macieira da Lixa, em 7 de Dezembro de 2011, com Estatutos publicados no Portal da Justiça, esta associação sem fins lucrativos é uma pessoa coletiva, com o número 510089690, constituída por tempo indeterminado, com objetivo de promover o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local. O seu papel é desenvolver atividades de caráter social, cultural, recreativo, desportivo e formativo, com a participação dos interessados e em colaboração com o Estado, as Autarquias e outras Instituições, proporcionando-lhes apoio que em cada caso justifique, de forma a contribuir para o bem-estar da população na respetiva área. Para a realização dos seus fins, esta associação sem fins lucrativos promove ações de animação sociocultural, por iniciativa própria ou em coordenação e cooperação com outras entidades; desenvolve atividades de apoio social; fomenta a participação das populações nas ações tendentes a satisfazer as necessidades da comunidade da respetiva área e melhora a sua qualidade de vida, no aspeto social, cultural, recreativo, desportivo e formativo; participa com os seus grupos, em espetáculos para os quais sejam convidados ou contratados.

A Casa do Povo de Macieira da Lixa é constituída por três Seções: O Grupo de Bombos "Unir Macieira", o Ant's Team Desporto e Aventura e o DuroTeam.

O Grupo de Bombos "Unir Macieira" foi criado em 2011, e utiliza na sua atividade bombos, caixas rufadoras, concertinas e um estandarte. Esta foi a primeira seção da Associação Casa do Povo de Macieira da Lixa, nasceu de um grupo de amigos que preza a juventude, a amizade e o convívio. O seu objetivo é fornecer formação musical nesta área de atividade, promover a animação e contribuir desta forma para o bem-estar da comunidade local. Neste grupo, pretende-se que exista uma partilha de conhecimentos e experiências entre jovens e adultos.

A secção Ant's Team Desporto e Aventura foi criado em 2016. A sua designação "Ant's Team" é inglesa e significa equipa de formigas, que surge do historial da Freguesia de Macieira da Lixa, simbolizando o povo trabalhador, a atividade industrial e a vida organizada em sociedade. Com a ambição de aglomerar o desporto motorizado e não motorizado (motos e quads, bicicletas, carrinhos de rolamentos e outros) surgiu a ideia de criar esta secção. A prática de desporto e aventura têm objetivos comuns e complementares, na medida em que estimulam a descoberta da realidade envolvente e a realização de atividades com vertente cultural e natural que promovam praticas lúdico-desportivas e educativo-culturais.

Em 2019 esta secção passa a ser direcionada para o desporto não motorizado e surge a incorporação da secção Duroteam para se dedicar ao desporto motorizado (motos e quads). Esta secção prima-se pela dedicação ao desporto, sendo a prática desportiva o seu grande objetivo, bem como o convívio e o conhecimento. Com um ótimo sentido de equipa e cooperação, têm-se dedicado à prática desportiva motorizada e participado em vários encontros e passeios em várias localidades, levando assim a responsabilidade do bom nome das nossas terras e das nossas gentes. É de salientar o seu gosto pela aventura e a sua responsabilidade e trabalho para levar esta secção a bom rumo e a um futuro promissor.

Documentação Entregue

A candidatura incluir em anexo os seguintes documentos:

☒ Versão atualizada dos estatutos da entidade, com a indicação do número e da data do jornal oficial em que foram publicados ou do sitio destinado a essas publicações.

☒ Fotocópia do cartão de pessoa colectiva ou de contribuinte fiscal.

☒ Certidão comprovativa da respectiva situação perante a administração fiscal.

☒ Certidão comprovativa da respectiva situação perante a Segurança Social.

☒ Fotocópia das actas relativas à eleição dos órgãos sociais.

☒ Fotocópias do cartão de cidadão/ bilhete de identidade e cartão de identificação fiscal dos titulares dos órgãos sociais.

☐ Fotocópia do plano de actividades e do orçamento para o ano económico a que se refere o apoio.

☒ Fotocópia da acta respeitante à aprovação do plano de actividades e do orçamento para o ano económico a que se refere o apoio.

☐ Fotocópia do relatório de actividades e contas relativo ao ano anterior a que se refere o apoio.

☐ Fotocópia da acta respeitante à aprovação do relatório de actividades e contas relativo ao ano anterior a que se refere o apoio.

Assinatura do Representante Legal

O representante permite que a União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos utilize todos os dados fornecidos neste formulário para fins de gestão e avaliação da implementação do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural.
Declara que a entidade que representa cumpre, cumulativamente, os requisitos exigidos:

a) Estarem legalmente constituídos e serem dotados de personalidade jurídica;
b) Terem a sua sede e desenvolverem as suas atividades na Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, ou desenvolverem atividades consideradas relevantes da área na Freguesia das Macieira da Lixa e Caramos;
c) Terem as situações fiscal e perante a segurança social devidamente regularizadas;
d) Não se encontrarem em mora perante a Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos;
e) Terem aprovado o relatório de atividades e contas relativo ao ano anterior;
f) Colaborarem na organização e dinamização de atividades promovidas pela União das Freguesias, através da colaboração e participação gratuita na Festa das Coletividades a realizar anualmente no mês de Julho, e noutras atividades anuais a definir previamente por acordo com a União das Freguesias.

Caso a presente candidatura seja aprovada, autorizo a União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos a publicar no seu sítio na Internet, ou em qualquer outro meio apropriado, os seguintes elementos:

- O nome e o endereço do beneficiário da subvenção;
- A designação da subvenção.

Assumo que, em caso de aprovação da candidatura, será referenciado o apoio concedido em todos os materiais gráficos editados e ou outras formas de divulgação e promoção dos projectos e eventos a realizar.

Entidade

Nome Associação da Casa do Povo de Macieira da Lixa

Representante Legal

Nome Hélder António Ferreira Pinto

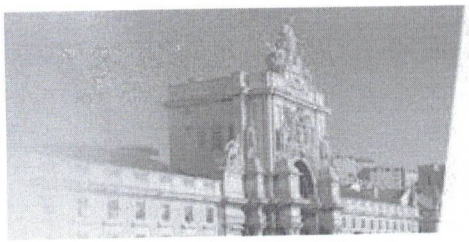
Local Macieira da Lixa **Data** 13/04/2024

Assinatura Hélder Pinto

Portal da Justiça

A Justiça ao serviço do cidadão e das empresas

Publicação On-Line de Acto Societário e de outras entidades



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprimir Ajuda Fechar

Publicação

NIF/NIPC	510089690
Entidade	Casa do Povo de Macieira da Lixa
Data Publicação	2011-12-07

Publica-se o seguinte:
Constituição de Associação relativamente à entidade:

NIPC: 510089690

Associação: Casa do Povo de Macieira da Lixa

Sede: Porto - Felgueiras

Desenvolvimento: IT@J
Help-Desk do serviço de publicações - Correio electrónico: rnpc.publicacoes@dgrn.mj.pt
Help-Desk do serviço de certidões permanentes - Correio electrónico: rnpc.certidaopermanente@dgrn.mj.pt

LINHA registos
707 20 11 22
PARA CONTACTOS DO ESTRANGEIRO
(+351) 211 54 44 75

Portal da Justiça

A Justiça ao serviço do cidadão e das empresas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Publicação On-Line de Acto Societário e de outras entidades

Pesquisa de Publicação

NIF/NIPC 510089690 (Critério Preferencial)

Entidade Casa do Povo de Macieira da Lixa

Distrito Porto

Concelho Felgueiras

Pesquisar Publicações entre e (Clique na imagem para mostrar o calendário)

Tipo de Publicação

- (•) Todos os actos
- ( ) Publicação de Actos de Registo
- ( ) Outras Publicações **(Avisos/Convocatórias/Deliberações/Anúncios)**
- ( ) Associações e Fundações **(Constituição/Alteração/Dissolução)**
- ( ) Associações e Fundações de Solidariedade Social e Associações Mutualistas **(publicações anteriores a Julho de 2010 são pesquisáveis no Diário da República)**
- ( ) Associações de Pais **(publicações anteriores a Julho de 2010 são pesquisáveis em "Associações e Fundações)**

Código de Validação NVR8LP

(Digite o texto apresentado na imagem)

Pesquisar Limpar

Data	NIF/NIPC	Entidade	Concelho	Acto/Facto	
2011-12-07	510089690	Casa do Povo de Macieira da Lixa	Felgueiras	Constituição de Associação	Conteúdo Documento
2011-12-07	510089690	Casa do Povo de Macieira da Lixa	Felgueiras	Constituição de Associação	Conteúdo Documento

Resultado da pesquisa (1-2 de 2)

Desenvolvimento: IT@J
Help-Desk do serviço de publicações - Correio electrónico: rnpc.publicacoes@dgrn.mj.pt
Help-Desk do serviço de certidões permanentes - Correio electrónico: rnpc.certidaopermanente@dgrn.mj.pt

LINHA registos
707 20 11 22
PARA CONTACTOS DO ESTRANGEIRO
(+351) 211 54 44 75

CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

___ No dia sete de Dezembro de dois mil e onze, no Cartório Notarial sito no Largo Manuel Baltazar, nº 74, na freguesia de Margaride, concelho de Felgueiras, perante mim, **Paula Cristina Dias de Sá**, Notária do mesmo, compareceram: _____

_____ **PRIMEIRO**: _____

_____ **PAULO JORGE PEREIRA LEITE,** casado, natural da freguesia de Airães, concelho de Felgueiras, residente na Rua Costa Rosa, freguesia de Macieira da Lixa, concelho de Felgueiras, com o cartão de cidadão 11890390, válido até 28/12/2015, emitido pela República Portuguesa. ___

_____ **SEGUNDO**: _____

_____ **JORGE MIGUEL PEREIRA MARINHO,** solteiro, maior, natural da freguesia de Borba de Godim, concelho de Felgueiras, residente na Rua do Outeiro, nº 75, na mencionada freguesia de Macieira da Lixa, com o bilhete de identidade 14184138, de 11/01/2008, do Porto. _____

_____ **TERCEIRO**: _____

_____ **LILIANA PATRÍCIA PIRES DA CUNHA**, solteira, maior, natural da freguesia de Margaride (Santa Eulália), deste concelho, residente na Rua Alto da Paixão, nº 431, na mencionada freguesia de Macieira da Lixa, com o bilhete de identidade 12999434, de 15/05/2007, do Porto. _____

_____ **QUARTO**: _____

_____ **ILÍDIO ANTÓNIO FERREIRA PINTO,** casado, natural da freguesia de Vila Cova da Lixa, concelho de Felgueiras, residente na Travessa Padre Inácio, Edifício Gráfica da Lixa, Bloco A, 1º A, na mencionada

freguesia de Macieira da Lixa, com o cartão de cidadão 10690521, válido até 18/03/2015, emitido pela República Portuguesa. _____

_____ **QUINTO**: _____

_____ **CÁTIA DANIELA DA CUNHA TEIXEIRA,** solteira, maior, natural da mencionada freguesia de Macieira da Lixa, residente na Rua Alto da Paixão, nº 421, na mencionada freguesia de Macieira da Lixa, com o cartão de cidadão 14581004, válido até 23/06/14, emitido pela República Portuguesa. _____

_____ **SEXTO**: _____

_____ **PAULO JORGE DE JESUS MIRANDA,** casado, natural de França, residente na Rua de Soutelo, nº 333, freguesia de Caramos, concelho de Felgueiras, com o cartão de cidadão 11564901, válido até 02/02/2015, emitido pela República Portuguesa. _____

_____**SÉTIMO**: _____

_____ **CARLOS MANUEL SALGADO DE SOUSA,** solteiro, maior, natural da mencionada freguesia de Margaride (Santa Eulália), residente na Rua da Liberdade, na mencionada freguesia de Macieira da Lixa, com o bilhete de identidade 13056487, de 23/11/2007, do Porto. _____

_____ **OITAVO**: _____

_____ **SÓNIA CARLA PEREIRA MACHADO,** solteira, maior, natural da mencionada freguesia de Macieira da Lixa, residente na Rua de Vilarinho, nº 706, freguesia de Friande, concelho de Felgueiras, com o cartão de cidadão 14008073, válido até 09/04/2016, emitido pela República Portuguesa. _____

_____ **NONO**: _____

_____ **CÉLIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA,** solteira, maior, natural da mencionada freguesia de Macieira da Lixa, onde reside na Rua do Paço, nº 394, com o cartão de cidadão 13275770, válido até 13/06/2014, emitido pela República Portuguesa. _____

_____ **DÉCIMO**: _____

_____ **SORAIA FILIPA PIRES DA CUNHA,** solteira, maior, natural da mencionada freguesia de Macieira da Lixa, onde reside na Rua Alto da Paixão, nº 431, com o bilhete de identidade 14134353, de 28/04/2007, de Lisboa. _____

_____ **DÉCIMO PRIMEIRO**: _____

_____ **INÊS ALEXANDRA MARINHO FERREIRA,** solteira, maior, natural da mencionada freguesia de Macieira da Lixa, onde reside na Rua da Boavista, nº 335, rés-do-chão, Lote um, com o bilhete de identidade 14184206, de 10/10/2007, do Porto. _____

_____ Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos referidos documentos de identificação. _____

_____ **E DECLARARAM**: _____

_____ Que constituem uma associação denominada **"CASA DO POVO DE MACIEIRA DA LIXA"**, com sede na freguesia de Macieira da Lixa, concelho de Felgueiras, que se regerá pelas cláusulas constantes do **documento complementar** elaborado nos termos do nº 2 do artigo 64 do Código do Notariado, que **arquivo** e cujo conteúdo declaram conhecer perfeitamente pelo que é dispensada a sua leitura. _____

_____ **EXIBIRAM**: _____

_____ = Certificado de admissibilidade da denominação adoptada, com o número de identificação de pessoa colectiva 510089690, emitido em 30/11/2011, com o código de acesso 8623-0740-7075, a que acedi hoje.__

_____ Esta escritura foi lida e feita a explicação do seu conteúdo aos outorgantes. _____

Paulo Jorge Pereira Leite

Jorge Miguel Pereira Marinho.

Liliana Patrícia Pires da Cunha

Lídia Maria Monteiro Fernandes Rainho

Catia Daniela Cunha Teixeira.

Paulo Jorge de Jesus Miranda

Carlos Manuel Galzerando de Sousa

Sónia Carla Pereira Machado

Célia Cristina Pereira da Silva

Soraia Filipa Pires da Cunha

Inês Alexandra Marinho Ferreira

A Notária,

Registo nº 1 Factura/Recibo nº 543 /003/2011

L.º 2-D Fls. 71
Doc. 126 Fls. 379

Documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que faz parte integrante da escritura lavrada em sete de Dezembro de dois mil e onze, a folhas 71 e seguintes, do Livro de Notas número dois – D, do **Cartório Notarial de Felgueiras da Notária Paula Cristina Dias de Sá.**

Estatutos da Casa do Povo de Macieira da Lixa

Capítulo I

Natureza e Fins

SECÇÃO I

(Caracterização)

Artigo 1º

(Natureza)

A Casa do Povo de Macieira da Lixa é uma pessoa colectiva, de base associativa, com o número de pessoa colectiva 510089690, constituída por tempo indeterminado, com objectivo de promover o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local e rege-se pelos presentes Estatutos e disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º

(Sede a Área)

A Casa do Povo de Macieira da Lixa tem a sua sede na freguesia de Macieira da Lixa, concelho de Felgueiras, distrito do Porto e abrange a freguesia de Macieira da Lixa, as freguesias limítrofes ou outras onde se verifiquem carências manifestas na sua área de actuação.

SECÇÃO II

(Finalidade)

Artigo 3º

(Finalidade Geral)

1. A Casa do Povo de Macieira da Lixa tem por finalidade desenvolver actividades de carácter social, cultural, recreativo, desportivo e formativo, com a participação dos interessados e em colaboração com o Estado, as Autarquias e outras instituições, proporcionando-lhes apoio que em cada

caso justifique, de forma a contribuir para o bem-estar da população na respectiva área.

2. Para a realização dos seus fins, deve a Casa do Povo de Macieira da Lixa:
   a. Promover acções de animação sociocultural, por iniciativa própria ou em coordenação e cooperação com outras entidades;
   b. Desenvolver actividades de apoio social, nas valências que, em cada caso, mais se justifique, nos termos do art. 7º do presente Estatuto;
   c. Fomentar a participação das populações nas acções tendentes a satisfazer as necessidades da comunidade da respectiva área e a melhorar a sua qualidade de vida, nos aspectos social, cultural, recreativo, desportivo e formativo;
   d. Participar com o seu grupo de Bombos, em espectáculos, para os quais sejam convidados ou contratados.
3. A Casa do Povo poderá ainda participar no planeamento de acções de carácter económico, social, cultural, recreativo, desportivo e formativo.

Subsecção I

(Promoção dos Sócios e Desenvolvimento da Comunidade)

Artigo 4º

(Actividade de cooperação Social)

1. No exercício das atribuições de cooperação social, desenvolve actividades orientadas para os seguintes objectivos:
   a. Desenvolvimento económico-social da comunidade local;
   b. Promoção social, cultural, moral e profissional, e valorização pessoal e social dos seus associados;
   c. Apoio a outras associações e cooperar com os seus sócios.
2. A Casa do Povo pode criar secções de actividades específicas para a prossecução dos objectivos referidos no número anterior.

Artigo 5º

(Desenvolvimento da Comunidade)

Para desenvolvimento da comunidade local, a Casa do Povo de Macieira da Lixa deve interpretar e equacionar as necessidades e aspirações comuns, designadamente através da recolha de propostas ou sugestões e promover a sua satisfação ou nela colaborar, com a participação dos interessados, de

modo a que a polivalência de acção a desenvolver pela casa do povo seja limitada apenas pela sua capacidade de resposta.

Artigo 6º

(Promoção dos Associados)

1. A Casa do Povo deve tomar iniciativas que visem a promoção social e cultural, a formação profissional e o aproveitamento dos tempos livres dos sócios, para fins recreativos, educativos e de valorização pessoal.
2. Na prossecução dos objectivos de promoção social e cultural e de aproveitamento dos tempos livres da população, a Casa do Povo de Macieira da Lixa procurará tornar-se o centro de convívio dos sócios e o pólo de atracção da comunidade, devendo nomeadamente e de acordo com o seu rendimento financeiro:
    a. Organizar espectáculos, cursos formativos, colóquios, conferências, excursões e outras actividades culturais e recreativas;
    b. Colaborar em actividades sanitárias e outras, tendentes ao bem-estar social;
    c. Animar festas e romarias com o seu grupo de bombos;
    d. Desenvolver o gosto pela música;
    e. Incentivar o interesse pelo artesanato e outras, relacionadas com a cultura tradicional;
    f. Promover a prática racional de actividades desportivas, podendo para esse efeito adquirir e/ou arrendar terrenos e construções.
3. Com a vista ao aperfeiçoamento profissional dos associados, deve a casa do Povo colaborar em actividades tendentes à sua formação e valorização.

Artigo 7º

(Actividades de apoio Social)

1. A Casa do Povo de Macieira da Lixa promoverá a criação e manutenção de actividades de apoio social, designadamente nos sectores da infância, juventude e terceira idade, por sua iniciativa ou em cooperação com o Centro regional de Segurança Social, nas condições previstas para o desenvolvimento dessas actividades.

2. A Casa do Povo pode ainda organizar Colónias de Férias ou diligenciar, junto de outras entidades, para que os seus sócios e familiares as frequentem. _____

Artigo 8º

(Acesso às Actividades)

O Direito de participar nas actividades de promoção sócio-cultural desenvolvidas pela Casa do Povo, estão reservadas aos sócios e aos familiares a seu cargo que não estejam em condições legais de ser sócios. ___

Artigo 9º

(Assistência Extraordinária)

Desde que autorizada pela Assembleia Geral, a Casa do Povo pode conceder auxílio aos sócios e suas famílias, perante situações de comprovada necessidade, de acordo com a sua receita e dos subsídios que para esse fim lhe forem atribuídos. _____

Subsecção II

(Cooperação Com os Serviços Públicos)

Artigo 10º

(Principio Geral)

A casa do Povo pode incumbir-se do desempenho de tarefas cometidas a serviços Públicos, e outros, que se mostrem de interesse para a população, por delegação daqueles. _____

Artigo 11º

(Acordos de Retribuição)

No âmbito dos seus fins e na cooperação com o Estado e as Autarquias a execução de tarefas previstas no artigo anterior, são retribuídas em conformidade com os acordos celebrados para o efeito. _____

Capítulo II

Sócios

Secção I

(Disposições Gerais)

Artigo 12º

(Inscrição)

1. Podem ser sócios da Casa do Povo os indivíduos maiores ou emancipados que residam habitualmente na respectiva área. _____

2. A admissão ou readmissão de sócios depende do preenchido da ficha de sócio pelos interessados e da decisão da Direcção da qual cabe dar conhecimento à Assembleia Geral. _____

3. A demissão de sócio é feita a pedido do interessado ou promovida pela Direcção, de harmonia com disposto no nº 3 do art. 54º e no nº 5 do art. 63º do presente estatuto. _____

Artigo 13º

(Sócios Honorários)

1. Podem ser declarados Sócios Honorários da Casa do Povo, as pessoas singulares ou colectivas que, por lhe prestarem relevantes serviços ou auxiliares com donativos consideráveis, sejam consideradas merecedoras de tal distinção. _____

2. A declaração de distinção de Sócio Honorário é da competência da Assembleia Geral, sobre proposta fundamental da Direcção. _____

Secção II

(Direitos e Deveres)

Artigo 14º

(Direitos dos Sócios)

1. São Direitos dos Sócios: _____

   a. Participar nas reuniões de Assembleia Geral; _____
   b. Requerer a convocação da Assembleia Geral se o Presidente da mesa não a convocar nos casos em que deve fazê-lo; _____
   c. Eleger a ser eleito para os órgãos sociais; _____
   d. Examinar as contas, orçamentos, contabilidade e respectivos documentos, nos oito dias anteriores à reunião da Assembleia Geral, convocada para a sua apreciação; _____
   e. Propor à Direcção acções e iniciativas conducentes à realização dos objectivos da Casa do Povo; _____
   f. Levar ao conhecimento do Presidente da Assembleia Geral qualquer resolução ou acto da direcção que lhe afigure contrario ao interesse da Casa do Povo, ao disposto nestes Estatutos, ou na legislação aplicável; _____

g. Levar ao conhecimento do presidente da Direcção actos praticados pelos sócios que sejam passíveis de sanção disciplinar;

h. Usufruir dos benefícios proporcionados pela Casa do Povo, nos termos da lei e dos presentes Estatutos;

i. Aos sócios Honorários não é reconhecida capacidade eleitoral passiva.

2. A utilização de determinadas regalias concedidas pela Casa do Povo, nomeadamente a assistência a espectáculos, pode ser limitada por razões de organização ou condicionada ao pagamento de uma importância a estabelecer pela Direcção.

3. As actividades desenvolvidas pela Casa do Povo limitadas aos sócios são extensivas aos familiares dos sócios que estejam a seu cargo e não reúnam condições estatutárias para serem sócios.

Artigo15º

(Deveres dos Sócios)

São Deveres dos Sócios:

a. Pagar pontualmente as quotas fixadas;

b. Comparecer nas reuniões para as quais forem convocados;

c. Tratar com correcção e urbanidade os restantes associados, bem como os membros dos Corpos Gerentes e funcionários da Associação;

d. Exercer com zelo os cargos para que forem eleitos, salvo os casos em que seja admitida escusa, nos termos do art. 24º do presente estatuto;

e. Concorrer para o progresso e desenvolvimento da Casa do Povo e da comunidade;

f. Não praticar actos lesivos aos interesses da Casa do Povo.

Artigo 16º

(Disposição comum)

Para além dos Direitos e Deveres enunciados nos artigos antecedentes, são ainda conferidos aos sócios todos os que resultam do disposto no presente Estatuto ou nas Leis aplicáveis.

Capitulo III

Administração e Funcionamento

Secção I

(Disposições Gerais)

Artigo 17º

(Órgãos)

1. São órgãos da Casa do Povo: a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.
2. Cabe a cada um dos órgãos exercer eficientemente as suas funções, no respeito pelas competências e responsabilidades dos outros órgãos.

Artigo 18º

(Distribuição dos Cargos)

1. Em cada órgão, os membros eleitos distribuem entre si os respectivos cargos, em harmonia com a lista eleita e suas competências e capacidades.
2. É permitida a redistribuição dos cargos dentro de cada órgão por motivos devidamente justificados, a comunicar prioritariamente após a reunião em que tal seja deliberado.

Artigo 19º

(Funcionamento dos Órgãos)

1. A assembleia não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de metade, pelo menos, dos seus associados, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes, excepto no caso de alteração de estatutos em que é necessário o voto favorável de três quartos do número dos associados presentes, bem como no caso de dissolução ou prorrogação que requer o voto favorável de três quartos de todos os associados.
2. As deliberações da Direcção e do Conselho Fiscal só podem ser tomadas com a presença da maioria dos seus membros e com a maioria de votos dos titulares presentes, tendo o presidente voto de desempate.
3. Na falta ou impedimento temporário de qualquer membro dos órgãos sociais, são as suas funções asseguradas pelo membro do mesmo órgão que se lhe seguir pela ordem de composição indicada nestes Estatutos.

Artigo 20º

(Mandato)

1. A duração do mandato resultante de eleição efectuada para a totalidade dos membros dos órgãos da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal é de três anos. _____
2. A contagem dos anos de mandato corresponde à dos anos civis. _____
3. O ano em que iniciar o exercício só será contado como um ano de mandato se a posse tiver lugar antes do mês de Julho. _____
4. A duração do mandato dos membros dos órgãos escolhidos em eleição parcial, bem como dos suplentes que sejam chamados a ocupar cargos em qualquer órgão, finda no termo do triénio em curso. _____

Artigo 21º

(Exercício)

1. Os órgãos sociais eleitos tomam posse dos respectivos cargos, salvo disposto no nº 3 deste Artigo, nos oito dias subsequentes à data da eleição, e daquela é lavrada acta em documento próprio, considerando-se desde essa altura em exercício. _____
2. A posse é conferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante, ou por quem o substitua. _____
3. No caso de impedimento ou recusa das entidades referidas no nº anterior, a posse é assumida em reunião conjunta dos órgãos eleitos e cessantes, convocada para o efeito. _____
4. No acto de posse são transferidos todos os bens e valores respectivos, por meio de inventário, e no qual se descriminam as importâncias e valores em caixa e em depósito. _____
5. Os órgãos sociais cessantes continuam em exercício até à posse dos eleitos. _____
6. É gratuito o exercício dos cargos sociais, sem prejuízo do direito à compensação das despesas daí resultantes. _____

Artigo 22º

(Escusa)

Podem escusar-se de assumir os cargos para que forem eleitos, mediante pedido, por escrito, dirigido ao Presidente da Assembleia Geral, os sócios que:

a. Tiveram exercido qualquer cargo directivo triénio anterior; _____

b. Se acharem impossibilitados para o desempenho regular do cargo;

c. Tiverem completado 65 anos de idade.

Artigo 23º

(Renúncia)

Os membros dos órgãos sociais em exercício que pretendam ser dispensados das suas funções, devem comunicar, por escrito, a sua renúncia fundamentada, ao presidente da Assembleia Geral ou a quem o substitua.

Artigo 24º

(Perda de Mandato)

A Assembleia Geral poderá deliberar a perda de mandato de qualquer membro dos órgãos sociais que, directamente ou por interposta pessoa, negoceia com a Casa do Povo.

Secção II

Assembleia Geral

Artigo 25º

(Composição)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Sócios no pleno gozo dos respectivos direitos.
2. Os sócios não podem fazer-se representar nas sessões da Assembleia Geral.

Artigo26º

(Mesa da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral é constituída por um Presidente e dois Secretários.

Artigo 27º

(Convocatória)

1. As reuniões da Assembleia Geral são convocadas pelo Presidente da Mesa, por sua iniciativa ou a pedido da Direcção, do Conselho Fiscal ou a requerimento de 20 sócios.
2. Se o Presidente da Mesa o não fizer, nos casos em que a tal seja obrigado, pode qualquer sócio efectuar a convocação, em representação dos 20 sócios referidos no número anterior.

3. A convocatória deverá ser feita por carta ou e-mail a todos os associados, a qual deverá ser afixada na Casa do Povo e suas delegações, quando existirem, com antecedência não inferior a 8 dias úteis.
4. Da convocatória constam obrigatoriamente a ordem de trabalhos, o local, o dia e a hora designados para a reunião.

Artigo 28º

(Competência)

1. Compete a Assembleia Geral:
    a. Definir as linhas fundamentais de actuação da casa do povo;
    b. Eleger e destituir a Mesa da Assembleia Geral, os membros da Direcção e do Conselho Fiscal;
    c. Analisar e aprovar os Orçamentos e Planos de Actividades, bem como o Relatório de Contas Anual;
    d. Aprovar, sob proposta da Direcção, o valor das quotas dos sócios;
    e. Deliberar sobre as reclamações das decisões da Direcção relativamente aos pedidos de inscrição como sócio;
    f. Declarar Sócios Honorários da Casa do Povo as pessoas ou entidades referidas no art. 15º do presente estatuto;
    g. Deliberar sobre os assuntos que lhe forem propostos pela Direcção;
    h. Deliberar a dissolução do organismo, cisão ou fusão e destino dos bens imóveis ou outros bens patrimoniais de rendimento ou valor histórico ou artístico, com votos favoráveis de três quartos do número de todos os sócios;
    i. Deliberar as alterações aos estatutos, bem como adquirir ou alienar bens, como o voto favorável de três quartos do número de sócios presentes;
    j. Autorizar a concessão de auxílios aos sócios e suas famílias, nos casos previstos no art. 9º destes Estatutos;
    k. Aprovar a adesão a Federações e á confederação das casas do Povo;
    l. Autorizar a Direcção a demandar os membros dos órgãos Sociais por actos praticados no exercício das suas funções;

m. Exercer as demais funções que lhe forem legalmente fixadas. ___

2. Nos casos em que se verifique a demissão ou destituição dos titulares dos órgãos da casa do povo, e que não seja possível proceder à imediata eleição de novos órgãos nos termos estatutários, a Assembleia Geral poderá eleger provisoriamente uma omissão de Gestão. _____

3. Se a Casa do Povo for gerida por uma Comissão de Gestão, a esta competirá assegurar a gestão corrente, competindo-lhe ainda promover eleições no prazo fixado pela Assembleia Geral, prazo este não poderá ser superior a um ano. _____

Artigo 29º

(Reuniões)

1. A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária até 31 de Março e na primeira Quinzena de Novembro de cada ano, para apreciação e votação, respectivamente do Relatório de Contas do exercício anterior e do Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte e no final de cada mandato. _

2. A Assembleia Geral pode ainda reunir extraordinariamente para tratar de assuntos de manifesto interesse para o organismo. _____

3. As deliberações sobre alteração de Estatutos, destituição dos órgãos e seus membros, ou a extinção do organismo, são tomadas em reuniões extraordinárias expressamente convocadas para o efeito. _____

Artigo 30º

(Funcionamento)

1. É proibida a discussão de assuntos que não sejam da competência da Assembleia Geral ou não constem da ordem de trabalhos. _____

2. Nenhum sócio pode votar em matérias em que haja conflitos de interesse entre a casa do povo e ele, seu conjugue, ascendentes. _____

3. Por decisão do presidente da Assembleia Geral ou de qualquer um dos órgãos sociais da casa do povo ou ainda com a assinatura de um mínimo de 20 sócios, pode ser requerida a presença de uma representação da federação ou confederação das casas do povo, devidamente habilitada, que prestará todo o apoio técnico-jurídico solicitado, esclarecendo a Assembleia e dando pareceres não vinculativos. _____

Artigo 31º

(Competência do presidente)

Compete ao presidente da Mesa da Assembleia Geral: _____

a. Convocar a Assembleia Geral para as reuniões ordinárias e extraordinárias; _____
b. Dirigir as reuniões, disciplinando e orientando a discussão e votação;
c. Assinar o expediente que diga respeito á Assembleia Geral; _____
d. Dar posse aos corpos Gerentes e deliberar sobre renúncias e pedidos de demissão dos seus membros; _____
e. Assistir às reuniões da direcção, podendo sugerir e dar pareceres não vinculativos; _____
f. Cooperar com a Direcção na realização dos fins da casa do povo e na orientação da sua actividade, prevenindo actos e decisões não compatíveis com os Estatutos e a Lei; _____
g. Cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias; _____
h. Autenticar os livros de registo e homologar as Contas Anuais, tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal. _____

Artigo 32º

(Competência dos Secretários)

1. Compete aos secretários da Mesa da Assembleia Geral secretariar as reuniões, assegurar o expediente, escriturar o livro de actas e substituir o Presidente no seu impedimento. _____
2. Nos impedimentos do Presidente da Mesa e/ou dos secretários, as suas funções serão exercidas por sócios presentes, nomeados para o efeito. _____

SECÇÃO III

(Direcção)

Artigo 33º

(Composição)

A Direcção é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal. _____

Artigo 34º

(Competência)

Compete à Direcção: _____

a. Representar a Casa do Povo em juízo e fora dele; _____
b. Administrar os valores da Casa do Povo com o maior zelo e economia, arrecadando as receitas e satisfazendo as despesas; _

c. Organizar os serviços e zelar pela correcta escrituração dos livros e documentos que foram necessários;

d. Reunir sempre que necessário e obrigatoriamente uma vez em cada mês, e trimestralmente deve, apreciar e aprovar as contas, devendo o quantitativo do saldo constar expressamente na respectiva acta;

e. Elaborar Relatório e Contas do exercício e os Orçamentos, e submetê-los à apreciação do Concelho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral;

f. Apresentar a escrita e mais documentos à fiscalização do Concelho Fiscal;

g. Elaborar, no ano em que findar o seu exercício, as relações dos sócios eleitores e elegíveis e preparar os demais elementos necessários à eleição dos corpos gerentes da Casa do Povo;

h. Elaborar o Plano de Actividades e submeter à apreciação da direcção;

i. Divulgar junto dos sócios as disposições legais que possam ser do seu interesse, bem como esclarecê-los sobre os seus direitos e deveres;

j. Deliberar sobre as pretensões formuladas pelos sócios e receber as queixas apresentadas;

k. Fixar o valor das quotas dos sócios;

l. Proceder contenciosamente contra os sócios e aplicar-lhes as penalidades nos termos das disposições estatutárias;

m. Estudar as condições para o desenvolvimento das actividades da Casa do Povo;

n. Colaborar com as associações locais em iniciativas tendentes a melhorar a situação social e profissional da população;

o. Verificar o cumprimento dos acordos de cooperação estabelecidos com os serviços públicos e remeter-lhe os elementos de informação solicitados;

p. Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral, e actuar de acordo com as disposições dos presentes Estatutos e da Lei;

q. Solicitar à Assembleia Geral, autorização para criação ou extinção de secções da Casa do Povo; _____

r. Submeter à Assembleia Geral, as alterações dos Estatutos; _____

s. Praticar os demais actos conducentes à realização dos fins da Casa do Povo e tomar as resoluções necessárias em matérias que não sejam da competência da Assembleia Geral; _____

t. Contratar pessoal e serviços para satisfação de necessidade da Casa do Povo e proceder à sua gestão e disciplina. _____

Artigo 35º

(Limitação da Competência)

1. A Direcção não pode fazer em nome da Casa do Povo, operações alheias à respectiva administração ou aplicar quantias para fins que não se encontrem no âmbito de actividade do organismo, ou exijam aprovação prévia da Assembleia Geral. _____
2. A movimentação de cheques e ordens de pagamento carece da assinatura de três membros da Direcção, sendo obrigatória a assinatura do Tesoureiro.

Artigo 37º

(Competência do Presidente e do Vice-Presidente)

1. Incumbe especialmente ao Presidente da Direcção: _____
    a. Convocar as Reuniões da Direcção, dando conhecimento da respectiva data aos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral e do Concelho Fiscal; _____
    b. Dirigir os trabalhadores e orientar a discussão dos assuntos submetidos às reuniões; _____
    c. Assegurar a execução das deliberações tomadas; _____
    d. Assinar a correspondência enviada e despachar a correspondência recebida; _____
    e. Superintender em todos os assuntos administrativos e orientar os serviços; _____
    f. Outorgar, depois de devidamente autorizado pela Direcção em todos os actos que interessem ao Organismo; _____
    g. Fiscalizar a escrituração e arquivo de todos os documentos de receita e despesa. _____

2. Compete ao Vice-Presidente colaborar com o Presidente e exercer as funções que, por este lhe forem delegados. _____

Artigo 38º

(Competência do Secretário)

Compete especialmente ao Secretário: _____

a. Lavrar actas das reuniões da Direcção; _____
b. Velar pela correcta execução de todo o serviço de secretaria e arquivo; _____
c. Verificar anualmente a actualização do inventário dos bens da Casa do Povo. _____

Artigo 39º

(Competência do Tesoureiro)

Compete especialmente ao Tesoureiro: _____

a. Dar cumprimento às resoluções da Direcção que digam respeito a receitas e despesas; _____
b. Providenciar pelo recebimento e guarda dos valores pertencentes à Instituição, depositando os saldos que excedem montantes superiores a 500,00€; _____
c. Elaborar os mapas de orçamentos; _____
d. Elaborar e vigiar a escrituração, controlo de despesas e controlo de receitas, de modo a que se encontra sempre em dia; _____
e. Assinar com dois membro da Direcção, cheques e ordens de pagamentos; _____
f. Arquivo todos os documentos de receita e despesa; _____
g. Manter a Direcção informada do estado financeiro da Casa do Povo e particularmente no que respeita ao recebimento de quotas. _____

SECÇÃO IV

(Conselho Fiscal)

Artigo 40º

(Composição)

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, dois vogais. _____

Artigo 41º

(Competência)

O concelho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização da Casa do Povo, competindo-lhe, designadamente: _____

a. Examinar, sempre que o julgar conveniente, a escrita e demais documentos da Casa de Povo; _____
b. Verificar quando considere necessário, o saldo financeiro e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que fará constar das respectivas actas; _____
c. Emitir parecer sobre o Relatório e as Contas do exercício, bem como pronunciar-se sobre o orçamento e o Plano de Actividades para o ano seguinte; _____
d. Apreciar qualquer outro assunto, sobre o qual lhe seja pedido parecer. _____

Artigo 42º

(Reuniões)

1. O conselho Fiscal reúne anualmente, em sessão ordinária. _____
2. O concelho Fiscal reúne, extraordinariamente, por iniciativa do Presidente ou a pedido dos restantes membros. _____

Artigo 43º

(Competência do Presidente)

Compete ao Presidente do Conselho Fiscal: _____

a. Convocar as reuniões extraordinárias e ordinárias do Concelho; _
b. Orientar os trabalhos das reuniões; _____
c. Assistir, sempre que o julgue necessário, às reuniões da Direcção, sem direito a voto. _____

Artigo 44º

(Competência dos Vogais)

1. Compete ao primeiro Vogal redigir os pareceres do Concelho Fiscal. _____
2. Compete ao segundo Vogal colaborar com os restantes membros no desempenho das respectivas funções. _____

CAPITULO IV

Artigo 45º

(Realização das Eleições)

1. Devem realizar-se eleições para a Casa do Povo e para a totalidade dos órgãos, no mês em que findar o triénio após as últimas eleições gerais. ___
2. Devem realizar-se eleições parciais, quando um órgão ficar reduzido a menos de metade dos seus membros. _____
3. Na ausência de listas concorrentes será convocado e realizada, no prazo de trinta dias, uma Assembleia Geral que deliberará sobre o assunto. _____

Artigo 46º

(Capacidade Eleitoral Activa)

São eleitos dos órgãos da Casa do Povo os sócios em pleno gozo dos seus direitos e que, em 31 de Dezembro do ano anterior ao das eleições, se encontrem inscritos à data fixada para o início da elaboração da relação de eleitores e não tenham quotização em dívida superior a dois meses. _____

Artigo 47º

(Capacidade Eleitoral Passiva)

1. São elegíveis os sócios que se encontrem em pleno gozo dos seus direitos e não estejam abrangidos por alguma das incapacidades em privam da qualidade de sócio eleitor, salvo o disposto no número seguinte. _____
2. Não podem candidatar-se, em maioria, para exercer funções, em simultâneo no mesmo órgão, os parentes ou afins em qualquer grau de linha recta e os irmãos. _____
3. Os sócios que sejam trabalhadores da Casa do Povo não podem estar em maioria em qualquer dos Órgãos Sociais. _____
4. O ponto anterior excluiu qualquer tipo de estagiários. _____
5. Não podem candidatar-se aos corpos gerentes, os sócios menores de 18 anos ou exercendo funções directivas noutra associação da área da Casa do Povo. _____

Artigo 48º

(Remissão)

As eleições para os órgãos sociais da Casa do Povo regem-se pelas normas constantes do regulamento eleitoral, sem prejuízo das disposições gerais constantes dos presentes Estatutos. _____

CAPITULO V

Regime Financeiro

SECÇÃO I

(Receitas e Despesas)

Artigo 49º

(Receitas)

As receitas da Casa do Povo inscrevem-se nas seguintes rubricas: _____

a. Quotização dos sócios ou de pessoas referidas no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 4/82, de 11 de Janeiro; _____
b. Subsídios de Estado, Autarquias locais, ou entidades privadas; __
c. Subsídios atribuídos pelo Fundo Comum das Casas do Povo; ___
d. Compensação por serviços prestados ao abrigo de acordos celebrados com serviços públicos e autarquias, ou com entidades ou instituições particulares; _____
e. Donativos, legados ou heranças; _____
f. Rendimentos de bens próprios e serviços; _____
g. Juros de fundos capitalizados; _____
h. Verbas atribuídas pelo Estado para a construção e conservação de instalações e apetrechamento da Casa do Povo e para o financiamento das actividades. _____

Artigo 50º

(Despesas)

As despesas da Casa do Povo são as que provêm do desempenho das suas atribuições, em conformidade com Lei e os Estatutos. _____

SECCÇÃO II

(Quotizações)

Artigo 51º

(Montante de Quotas)

1. A quotização mínima a pagar pelos sócios da Casa do Povo é a que tiver sido fixado pela Assembleia Geral. _____
2. Os sócios podem, voluntariamente, pagar quotas superiores às fixadas pela Assembleia Geral. _____

Artigo 52º

(Prazo e Local de Pagamento)

1. As quotas devem ser pagas anualmente, até dia 31 de Dezembro de cada ano, junto do tesoureiro da direcção. _____
2. Em ano de eleições as quotas desse ano devem ser pagas antes 2 meses do acto eleitoral. _____

Artigo 53º

(Falta de Pagamento)

1. A falta de pagamento de quotas por período superior a 2 meses, relativamente à data fixada para o início da elaboração da relação de eleitores, determina a incapacidade eleitoral. _____
2. A falta de pagamento anual, determina a suspensão de todos os direitos previstos no art. 14º destes Estatutos. _____
3. O não pagamento de quotas por período superior a dois anos consecutivos determina a perda de qualidade de sócio. _____
4. A dívida de quotas por períodos consecutivos de um e dois anos deve ser imediatamente comunicado ao sócio. _____
5. É obrigatório a liquidação das quotas em dívida, não prescritas no acto da entrega do requerimento para readmissão, na hipótese em que o não pagamento tenha determinado a perda da qualidade de sócio. _____

Artigo 54º

(Prescrição)

As dívidas de quotizados prescrevem pelo prazo de cinco anos a contar do último dia do prazo estabelecido para o pagamento. _____

Artigo 55º

(Restituição de Quotas)

1. As quotas pagas indevidamente são restituídas aos interessados. _____
2. O direito de reclamar a restituição das quotas extingue-se decorrido o prazo de um ano a contar da data do seu pagamento. _____

SECÇÃO II

(Orçamento e Contas)

Artigo 56º

(Orçamento)

1. Até 10 de Outubro de cada ano, é elaborado pela Direcção e submetido nos 10 dias seguintes à apreciação do Concelho Fiscal, o Orçamento para o ano seguinte, descriminando-se as receitas ordinárias e extraordinárias e bem

assim as despesas, com a descrição em rubrica própria, das verbas à administração e cada uma das modalidades de actuação do organismo, sendo aquele apresentado à aprovação da Assembleia Geral na reunião realizar até 15 de Novembro. _____

2. No decurso do ano podem ser elaborados até dois orçamentos rectificativos, destinados a ocorrer as despesas imprevistas ou insuficientemente dotadas no orçamento ordinário, os quais são sujeitos a parecer do Conselho Fiscal e submetidos à aprovação da Assembleia Geral. _____

Artigo 57º

(Contas de Gerência)

1. As contas de gerência são encerradas com referência a 31 de Dezembro de cada ano e sujeitas a parecer do conselho Fiscal nos dez dias seguintes ao seu encerramento. _____
2. Durante os oito dias anteriores à reunião da Assembleia para a sua apreciação, a realizar em Março, as Contas e respectivo parecer são afixadas na Sede, facultando-se a consulta aos sócios no pleno gozo dos seus direitos. _____
3. Os orçamentos e Contas de Gerência, juntamente com o respectivo Relatório, são afixados para consulta dos sócios, imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Geral. _____

CAPÍTULO VI

Sanções

SECÇÃO I

(Responsabilidade dos Corpos Gerentes)

Artigo 58º

(Observância dos Estatutos)

Compete à Assembleia Geral e especialmente ao Presidente da Mesa, a verificação do disposto nestes Estatutos relativamente aos actos de todos os Órgãos Sociais, ressalvada a competência do Conselho Fiscal e do Tribunal competente. _____

Artigo 59º

(Responsabilidade)

1. Os membros dos Órgãos são responsáveis, solidariamente em matéria civil e individualmente em matéria criminal, pelas faltas ou irregularidade cometidas no exercício das suas funções, excedem ou não os limites da sua competência. _____
2. Os membros dos Órgãos Sociais são ainda responsáveis, perante a Casa do Povo, pelos prejuízos resultantes do não cumprimento dos deveres legais e estatutários. _____
3. Consideram-se isentos de responsabilidades os que não tiverem tido intervenção na resolução ou a desaprovarem com declaração expressa no livro de actas. _____

Artigo 60º

(Infracções)

Qualquer sócio pode requerer à Assembleia Geral e ao Tribunal competente: _

a. A suspensão dos dirigentes responsáveis até à decisão final do processo, nos casos previsto no nº 1 do art. 62º; _____
b. A destituição dos dirigentes que deixam de reunir as condições de elegibilidade estabelecidas ou cometam graves irregularidade; __
c. A anulação de actas que desrespeitam os Estatutos e a Lei. ____

Artigo 61º

(Penalidades)

1. São punidos com destituição do cargo os membros dos Corpos Socais que directamente contribuam para desviar o organismo do fim para que foi instituído, o impossibilitem de cumprir os deveres impostos por Lei, ou pratiquem graves irregularidades, ou ainda por abandono das suas responsabilidades. _____
2. O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de outras penalidades fixadas na Lei. _____
3. A proposta de destituição só quando precedida de processo de inquérito devidamente elaborado e fundamentado. _____
4. A destituição dos Órgãos Sociais carece do voto favorável de mais de metade dos sócios da Casa do Povo. _____

SECÇÃO II

(Regime Disciplinar dos Sócios)

Artigo 62º

(Sanções disciplinares)

1. Pelas infracções aos deveres estatutários cometidos cometidas pelos sócios são aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade penal na Lei, as sanções de repreensão, de suspensão e de exclusão, de acordo com o estipulado nos números seguintes.
2. São factos pelos quais os sócios podem ser repreendidos:
    a. Ser menos correcto no seu procedimento associativo de forma a lesar o bom nome da Casa de Povo;
    b. Não cumprir as resoluções tomadas em Assembleia Geral ou pela Direcção, de harmonia com Estatutos e a Lei.
3. É suspenso por um período mínimo de trinta dias e máximo de dois anos o sócio que:
    a. Ofender qualquer membro da Assembleia Geral, da Direcção ou do Conselho Fiscal, ou empregados no exercício das suas funções;
    b. Tentar desabonar a Casa do Povo;
    c. Formular, contra outros sócios, acusações que não provar, em assuntos relacionados com a actividade do organismo;
    d. Estragar propositadamente os bens da instituição;
    e. Atentar de forma grave contra a boa ordem e harmonia que deve existir na Casa do Povo.
4. A suspensão implica a incapacidade temporária do transgressor usufruir os direitos e regalias resultantes da qualidade de sócios, mas não o isento do pagamento das respectivas quotas.
5. É excluído o sócio que:
    a. Agredir corporalmente qualquer membro da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção ou do Conselho Fiscal, ou empregado no exercício das suas funções;
    b. Perturbar gravemente a ordem de trabalhos em sessões da Assembleia Geral, ou façam acusações que não provem.
6. O sócio excluído só pode requerer a sua readmissão decorridos dois anos.

Artigo 63º

(Procedimento)

fls 390

1. As sanções previstas no artigo anterior são aplicadas pela Direcção, tomando em conta as circunstâncias concretas da infracção e o comportamento anterior do sócio, e da sua aplicação cabe recurso para Assembleia Geral, a interpor no prazo de dez dias. _____
2. O sócio arguido de qualquer falta, não é punido sem previamente seja convocado para se defender. _____
3. Da suspensão por tempo superior a noventa dias ou da exclusão, é dado conhecimento ao Presidente da Assembleia Geral. _____
4. Da decisão da Assembleia Geral cabe recurso para tribunal competente. ___

CAPITULO VII

Disposições Finais

Artigo 64º

(Constituição de Secções)

1. Para uma melhor realização dos seus fins pode a Casa do Povo, com prévia autorização da Assembleia Geral, criar ou extinguir o número de secções que ache pertinente para o desempenho da sua actividade. _____
2. Cada secção será dirigida por três sócios, escolhidos pela Direcção. Podendo estes ser membros de um dos órgãos sociais. _____

Artigo 65º

(Simbologia)

A Casa do Povo tem direito ao uso do emblema, bandeira e selo próprio, aprovado pela Assembleia Geral. _____

Artigo 66º

(Âmbito de Actuação)

Os bens e os meios de acção de que a Casa do Povo disponha para a prossecução dos serviços, não podem ser utilizados para qualquer actividade contrária aos seus interesses. _____

Artigo 67º

(Dissolução)

1. A dissolução da Casa do Povo pode resultar da verificação de uma das seguintes causas: _____
    a. Por deliberação da Assembleia Geral nos termos do n.º 1 do art. 19º e do nº 3 do art. 29º destes Estatutos; _____

b. Por decisão judicial que declare a sua insolvência; _____

c. Pelo falecimento ou desaparecimento de todos os sócios. _____

2. A Casa do Povo extingue-se ainda por decisão judicial: _____

a. Quanto o seu fim se tenha esgotado ou se haja tornado impossível; _____

b. Quanto o seu fim real não coincida com o fim expresso no acto de constituição ou nos Estatutos; _____

c. Quando o seu fim seja sistematicamente prosseguido por meios ilícitos ou imorais; _____

d. Quando a sua existência se torne contraria à ordem pública. ____

Artigo 68º

(Destino dos Bens em Caso de Extinção)

Em caso de fusão ou extinção da Casa do Povo, os seus bens são integrados no património da associação ou associações que dela resultarem e/ou prossigam os mesmos fins, com respeito pela legislação aplicável. _____

Paulo Jorge Pereira da Cunha

Jorge Miguel Pereira Marinho.

Liliana Patrícia Pires da Cunha.

Sandra Mónica Ferreira Pinto

Cátia Daniela Cunha Teixeira.

Paulo Jorge de Jesus Miranda

Carlos Manuel Salgado de Sousa

Sónia Carla Pereira Monteiro

Célia Cristina Pereira da Silva

Sofia Filipa Pires da Cunha

Inês Alexandra Marinho Teixeira

A Notária,

COMUNICAÇÃO

A Casa do Povo de Macieira da Lixa, vem pelo presente comunicar que os documentos de identificação do órgão diretivo não serão enviados, de acordo com a lei em vigor.

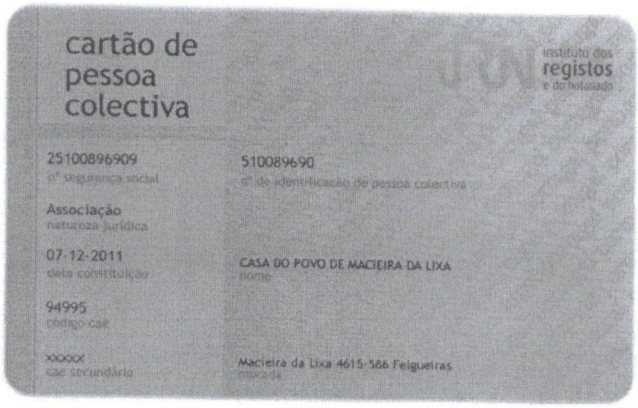
Macieira da Lixa, 13 de Abril de 2024

O Presidente da Casa do Povo

Ilídio Pinto

(Ilídio António Ferreira Pinto)

Casa de Povo de Macieira da Lixa
SEDE: Macieira da Lixa
E-mail: cpmacieiradalixa@sapo.pt



cartão de pessoa colectiva

instituto dos registos e do notariado

25100896909
nº segurança social

510089690
nº de identificação de pessoa colectiva

Associação
natureza jurídica

07-12-2011
data constituição

CASA DO POVO DE MACIEIRA DA LIXA
nome

94995
código cae

xxxxx
cae secundário

Macieira da Lixa 4615-566 Felgueiras
morada

AT autoridade tributária e aduaneira

Serviço de Finanças de FELGUEIRAS - [1775]

CERTIDÃO

Rui Manuel Baptista Carvalho Soqueiro, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de FELGUEIRAS.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).
A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.
Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 12 de Abril de 2024.

IDENTIFICAÇÃO
NOME: CASA DO POVO DE MACIEIRA DA LIXA
NIF: 510089690

Elementos para validação
Nº Contribuinte: 510089690
Cód. Validação: VNUYWPSDAYBM

O Chefe de Finanças,

(Rui Manuel Baptista Carvalho Soqueiro)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

SEGURANÇA SOCIAL | INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.
CENTRO DISTRITAL DO PORTO
RUA ANTÓNIO PATRÍCIO, N.º 262
4199-001 PORTO

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte CASA DO POVO DE MACIEIRA DA LIXA

Firma/Denominação CASA DO POVO DE MACIEIRA DA LIXA

N.º de Identificação de Segurança Social 25100896909

N.º de Identificação Fiscal 510089690

N.º da Declaração 035859178ASCD24

Data de emissão 2024-03-12

CASA DO POVO DE MACIEIRA DA LIXA
MACIEIRA DA LIXA
FELGUEIRAS
4615-586 MACIEIRA DA LIXA

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

O Diretor de Segurança Social
Miguel Cardoso

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 25100896909

Código de Verificação - C8YMH8QDQLYDKHY

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.
Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.

Digitally signed by INSTITUTO DE INFORMATICA, I.P.
Date: 2024.04.12 15:11:52 WEST

Ata nº23

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, pelas 21:15h, na Casa das Colectividades, sita na Travessa da Amarantinha em Macieira da Lixa, reuniu a Assembleia Geral da Casa do Povo de Macieira da Lixa na sua sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do artigo nº27 dos seus estatutos, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

Ponto Um: Aprovação da ata de 26 de março de 2023; ----------

Ponto Dois: Apresentação e aprovação do plano de atividades e orçamento para 2024; ---------

Ponto Três: Eleição dos órgãos sociais para o triénio 2023/2026; ----------

Ponto Quatro: Tomada de posse dos órgãos sociais eleitos. ----------

A Presidente da Assembleia Geral, Célia Cristina Pereira da Silva, assumiu a Presidência da Mesa com o auxílio da Primeira Secretária, Liliana Patrícia Pires da Cunha e do Segundo Secretário Carlos Manuel Salgado Sousa. Realizada a chamada dos sócios convocados, anexa-se, à presente ata, a folha de presenças. ----------

Verificado o quórum, a Senhora Presidente de Mesa interrogou os sócios presentes se estes tinham algum ponto a apresentar no período antes da ordem de trabalhos. Nada havendo a constatar, entrou-se na ordem de trabalhos. ----------

Referente ao ponto um, a primeira secretária, Liliana Cunha, procedeu a leitura da ata da sessão de 26 de março de 2023. Verificada a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

No que diz respeito ao segundo ponto, foi apresentado o parecer favorável relativo ao plano de atividades e orçamento para 2024 emitido pelo conselho fiscal. De seguida a tesoureira da direção Soraia Cunha fez uma detalhada apresentação do documento e retiradas todas as dúvidas aos sócios presentes. Verificada a votação, foi aprovado com todos os votos a favor. -

No que respeita ao terceiro ponto, a Presidente desta Assembleia informou que recebeu uma única lista candidata aos órgãos sociais da Casa do Povo de Macieira da Lixa, para o triénio 2023/2026. Esta lista é composta na direção por: Presidente – Ilídio António Ferreira Pinto, Vice-Presidente – Paulo Jorge de Jesus Miranda, Secretária – Inês Alexandra Marinho Ferreira Martins, Tesoureira – Liliana Patrícia Pires da Cunha e Vogal – Hugo Jorge Dias David. Na Assembleia Geral: Presidente – Célia Cristina Pereira da Silva, Primeira Secretária – Soraia Filipa Pires da Cunha e Segundo Secretário – Carlos Manuel Salgado Sousa. E por último no Conselho Fiscal: Presidente – Jorge Augusto Pereira de Sousa, Vogal – Vítor Manuel Pinheiro de Sousa e Vogal José Rui Pereira Teixeira. Comunicada a lista, a presidente da Assembleia informou que designou a lista apresentada como lista A e que a respetiva votação iria ser por voto secreto. De seguida procedeu-se à votação, sendo entregue individualmente um boletim de candidatura a cada sócio presente. Foram entregues 13 boletins de voto, número correspondente ao número de sócios presentes. Procedeu-se à votação, e de seguida foi efetuada a contagem. Presente a votação verificou-se 12 votos a favor da lista A e uma abstenção. ----------

Referente ao quarto e último ponto, a Presidente de Mesa pediu aos sócios eleitos para tomarem posse dos respetivos cargos. Todos os intervenientes assumiram cumprir as funções

que lhe são confiadas e dignificar a Associação.----------

Nada mais houve a acrescentar, pelas 22:40h, a Senhora Presidente de Mesa deu por encerrada a sessão ordinária. Para constar e devidos efeitos, lavrou-se a presente ata, que vai ser devidamente assinada pela Presidente da Assembleia Geral Célia Silva, pela Primeira Secretária Liliana Cunha e pelo Segundo Secretário Carlos Sousa. ----------
---

A Presidente da Assembleia Geral

(Célia Cristina Pereira da Silva)

A 1ª Secretária da Assembleia Geral

(Liliana Patrícia Pires da Cunha)

O 2º Secretário da Assembleia Geral

(Carlos Manuel Salgado Sousa)

FREGUESIA DE
MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS
Entrada: 8 / 4 / 2024
Despacho: ☐Urgente ☐P/ conhecimento
☐Secretário ☒Tesoureiro/a
☐GAF Macieira ☐GAG Caramos
☐À reunião de executivo ☐Pres. Assembleia
Obs.: 1. T. C
2. À Tesouraria

7.2

União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Exmo. Senhor Presidente da
União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos

REQUERIMENTO DE CANDIDATURA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO

Contribuinte 502569891

Designação Associação Desportiva Naçorra

Presidente Manuel Costa Teixeira

Morada Rua da Naçorra

Código Postal 4615 | 413 Macieira da Lixa

Telefone 966624402 **E-mail** admacorra@hotmail.com

Data da Fundação 27 **Publicação de Estatutos em** Março **de** 1991

Filiação Associação Presidente

Compromisso de Honra

Eu, abaixo-assinado (a), em nome da entidade acima identificada, venho apresentar o pedido de apoio à União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo, acompanhado por todos os documentos exigidos.
Certifico que todas as informações contidas neste processo de candidatura, incluindo os anexos do formulário, são verdadeiras.
Mais declaro, sob compromisso de honra, que o apoio solicitado se destina, exclusivamente, para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas.

Aos: 15 / 03 / 2024

Assinatura Manuel Costa Teixeira

Fundamentação

Faça uma breve apresentação que fundamente a candidatura ao apoio, de acordo com o número 1 do art.º 6 do Regulamento de Apoio ao Associativismo.

Candidatura ao apoio, como forma de elevar a qualidade do recursos que se pode oferecer à equipa, com o intuito de melhorar a performance do clube nos Provas disputadas.

Assinatura do Representante Legal

O representante permite que a União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos utilize todos os dados fornecidos neste formulário para fins de gestão e avaliação da implementação do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural.
Declara que a entidade que representa cumpre, cumulativamente, os requisitos exigidos:

a) Estarem legalmente constituídos e serem dotados de personalidade jurídica;
b) Terem a sua sede e desenvolverem as suas atividades na Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, ou desenvolverem atividades consideradas relevantes da área na Freguesia das Macieira da Lixa e Caramos;
c) Terem as situações fiscal e perante a segurança social devidamente regularizadas;
d) Não se encontrarem em mora perante a Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos;
e) Terem aprovado o relatório de atividades e contas relativo ao ano anterior;
f) Colaborarem na organização e dinamização de atividades promovidas pela União das Freguesias, através da colaboração e participação gratuita na Festa das Coletividades a realizar anualmente no mês de Julho, e noutras atividades anuais a definir previamente por acordo com a União das Freguesias.

Caso a presente candidatura seja aprovada, autorizo a União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos a publicar no seu sítio na Internet, ou em qualquer outro meio apropriado, os seguintes elementos:

- O nome e o endereço do beneficiário da subvenção;
- A designação da subvenção.

Assumo que, em caso de aprovação da candidatura, será referenciado o apoio concedido em todos os materiais gráficos editados e ou outras formas de divulgação e promoção dos projectos e eventos a realizar.

Entidade

Nome ~~Manuel Costa Teixeira~~ Associação Desportiva Macieira

Representante Legal

Nome Manuel Costa Teixeira

Local Felgueiras **Data** 15-03-2024

Assinatura Manuel Costa Teixeira

Documentação Entregue

A candidatura incluir em anexo os seguintes documentos:

☐ Versão atualizada dos estatutos da entidade, com a indicação do número e da data do jornal oficial em que foram publicados ou do sitio destinado a essas publicações.

☐ Fotocópia do cartão de pessoa colectiva ou de contribuinte fiscal.

☒ Certidão comprovativa da respectiva situação perante a administração fiscal.

☒ Certidão comprovativa da respectiva situação perante a Segurança Social.

☒ Fotocópia das actas relativas à eleição dos órgãos sociais.

☐ Fotocópias do cartão de cidadão/ bilhete de identidade e cartão de identificação fiscal dos titulares dos órgãos sociais.

☐ Fotocópia do plano de actividades e do orçamento para o ano económico a que se refere o apoio.

☐ Fotocópia da acta respeitante à aprovação do plano de actividades e do orçamento para o ano económico a que se refere o apoio.

☐ Fotocópia do relatório de actividades e contas relativo ao ano anterior a que se refere o apoio.

☐ Fotocópia da acta respeitante à aprovação do relatório de actividades e contas relativo ao ano anterior a que se refere o apoio.

Associação Desportiva da Maçôrra
Macieira da Lixa
Contribuinte n.º 502 569 891

Relatório de Atividades e de contas de 2022-2023

I – INTRODUÇÃO

De acordo com os Estatutos, cumpre-nos apresentar anualmente, em Assembleia-Geral e a todos os associados, o relatório das atividades e de contas levadas a cabo durante o exercício em questão.

O relatório anual tem como objetivo resumir a ação desenvolvida durante o ano. O relatório deve ser constituído pelas seguintes partes: a introdução; a identificação das atividades;

Acompanhado pelo relatório devera ser elaborado o mapa de despesas e receitas com referência ao saldo que transita para o ano seguinte.

O relatório de contas deve ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária. O Conselho Fiscal deve emitir parecer sobre este documento.

II – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. Atividades Desenvolvidas

- torneios de futebol para a época de verão.
- convívios de Natal;
- jogos convívios de solteiros contra casados;
- festa de aniversário ADM;
- passeio às Fisgas;
- Participação no campeonato da AMAF;
- Participação na festa das coletividades Macieira e Caramos;

• : Rua Da Maçorra, 4615-413 Macieira da Lixa, Felgueiras
@: admacorra@hotmail.com

III– RELATORIO DE CONTAS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
Quotização	250.00	Material Desportivo	200.00
Subsídios	2000.00	Gás	285.00
Concessão de bar	400.00	Manutenção do Campo	480.00
Atividades	300.00	Treinador	600.00
Patrocínios	200.00	Seguro	900.00
Saldo em caixa	405.00	Com jogadores	320.00
		Inscrições	150.00
		Exames	230.00
Total	3555.00	Total	3165.00

Total receita:
3555.00

Total despesa:
3165.00

Saldo para o ano seguinte:
390.00

Saldo em caixa:
390.00

_____ , _____ de _____ de _____

• : Rua Da Maçorra, 4615-413 Macieira da Lixa, Felgueiras
@: admacorra@hotmail.com

CONSELHO FISCAL

• : Rua Da Maçorra, 4615-413 Macieira da Lixa, Felgueiras
@: admacorra@hotmail.com

Ata nº 31

Aos vinte e sete dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu-se na sua sede, situada em Rua da Maforra 4615-413, Macieira da Lixa, a Assembleia Geral, presidida por Rui Miguel Marinho Teixeira, com a presença de cinquenta e três associados, a fim de discutir e aprovar a seguinte ordem de trabalhos:

1º Eleições dos órgãos sociais.

2º Tomada de posse dos órgãos sociais.

A reunião da Assembleia Geral iniciou-se com o primeiro ponto da ordem de trabalhos, eleição dos órgãos sociais. Apresentou-se a sufrágio apenas a lista A presidida pelo associado Manuel Costa Teixeira. Aceite a lista e verificado a sua conformidade com a lei e estatutos, o presidente da Assembleia Geral deu a palavra ao candidato a presidente da Direção para apresentar as propostas para a Associação. A lista foi aceite por unanimidade.

Seguidamente passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos. Tomada de posse dos órgãos sociais eleitos. O presidente da Assembleia Geral referiu que os membros eleitos assumem as plenas funções que estatutariamente lhes são conferidas com efeitos a partir da presente data, para o mandato de dois anos.

Direção

Presidente: Manuel Costa Teixeira

x Manuel Costa Teixeira

Vice Presidente: João Filipe Nogueira da Cunha

x João Filipe Nogueira da Cunha

1º Secretário: Tiago André Teixeira Pinheiro

x Tiago André Teixeira Pinheiro

2º Secretário: Igor André Leite Castro

x Igor André Leite Castro

Tesoureiro: Nuno Miguel Cunha Ribeiro
x Nuno Miguel Cunha Ribeiro
1º vogal: Jonas Emmanuel Sousa Pires
x Jonas Emmanuel Sousa Pires
2º vogal: Helder Flavio Cunha Leite
x Helder Flávio Cunha Leite

Assembleia Geral

Presidente: Rui Miguel Marinho Teixeira
x Rui Miguel Marinho Teixeira
1º Secretário: Diogo Filipe Sousa Pires
x Diogo Filipe Sousa Pires
2º Secretário: José Manuel Nogueira da Cunha
x José Manuel Nogueira da Cunha

Conselho Fiscal

Presidente: José Joaquim Costa Teixeira
x José Joaquim Costa Teixeira
1º Secretário: Fernando Costa Teixeira
x Fernando Costa Teixeira
2º Secretário: António Jorge Pinto Ribeiro
x António Jorge Pinto Ribeiro

Foi, ainda, apresentado um voto de confiança à mesa para a elaboração da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelos membros da mesa.

Manteiro de Baixo, vinte e sete de Janeiro de dois mil e vinte e três

x Rui Miguel Marinho Teixeira
x Diogo Filipe Sousa Pires
x José Manuel Nogueira da Cunha

AT autoridade tributária e aduaneira

Serviço de Finanças de FELGUEIRAS - [1775]

CERTIDÃO

Rui Manuel Baptista Carvalho Soqueiro, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de FELGUEIRAS.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).
A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.
Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 11 de Dezembro de 2023.

IDENTIFICAÇÃO
NOME: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DA MAÇORRA-MACIEIRA DA LIXA
NIF: 502569891

Elementos para validação
Nº Contribuinte: 502569891
Cód. Validação: UVJIVIGIFRLC

O Chefe de Finanças,

(Rui Manuel Baptista Carvalho Soqueiro)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

SEFMP041_W 17

SEGURANÇA SOCIAL | INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.
CENTRO DISTRITAL DO PORTO
RUA ANTÓNIO PATRÍCIO, N.º 262
4199-001 PORTO

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DA MAÇORRA-MACIEIRA DA LIXA

Firma/Denominação ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DA MAÇORRA-MACIEIRA DA LIXA

N.º de Identificação de Segurança Social 20018940972

N.º de Identificação Fiscal 502569891

N.º da Declaração 034843524ASCD23

Data de emissão 2023-12-11

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DA MAÇORRA-MACIEIRA DA LIXA
LUG DE MAÇORRA MACIEIRA DA LIXA
MACIEIRA DA LIXA
4615-413 MACIEIRA DA LIXA

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

O Diretor de Segurança Social

Miguel Cardoso

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 20018940972

Código de Verificação - CFVM2M7MSEPVJHZ

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.
Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.

Digitally signed by INSTITUTO DE INFORMATICA, I.P.
Date: 2023.12.11 10:35:23 WET

Exmo./a Senhor/a
ASSOCIACAO DESPORTIVA DA MACORRA
LUG MACORRA

MACORRA
4615-413 MACIEIRA DA LIXA

MARCO DE CANAVESES, 02 de MARCO de 2022

País da Conta: PT - PORTUGAL
Banco da Conta: 0035 - CAIXA GERAL DEPOSITOS,SA
Nº da Conta: 0438057402730

Estimado/a cliente,

Conforme solicitado, indicamos os dados relativos à conta acima referida.

IBAN (International Bank Account Number): PT50 0035 0438 00057402 730 39
BIC (Bank Identification Code): CGDIPTPL

O IBAN e o BIC são códigos que devem ser mencionados nas operações interbancárias, de forma a conferir-lhes maior rapidez e segurança.

A disponibilização por parte da Caixa dos dados relativos ao IBAN assume como pressuposto a validade e existência do Número de Conta facultado pelo cliente. A Caixa não se responsabiliza pela fiabilidade da informação prestada caso este pressuposto não se verifique.

Com os melhores cumprimentos,

Nome do responsável na Agência
Agência de MARCO DE CANAVESES

Caixa Geral de Depósitos, SA Sede Social: Av. João XXI, 63, 1000-300 Lisboa Capital Social: 3 844 143 735 € CRCL e Contribuinte 500 960 046

Ata nº 34

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu na sua sede, sita em Rua da Maçorra 4615-413, Macieira da Lixa, a Assembleia Geral, presidida por Rui Miguel Mariinho Teixeira, com a presença de trinta e oito associados, a fim de discutir e aprovar a seguinte ordem de trabalhos.

1- Apreciação, discussão e aprovação das contas e parecer do Conselho Fiscal sobre o exercício de dois mil e vinte e três.

2- Apreciação, discussão e aprovação do orçamento de contas e parecer do conselho Fiscal para o exercício de dois mil e vinte e quatro.

3- Apresentação, discussão e aprovação do plano de atividades para o ano de dois mil e vinte e quatro.

A reunião da Assembleia Geral iniciou-se com o primeiro ponto da ordem de trabalhos. Depois de apreciados os documentos elaborados (balanço e demonstração de resultados) que demonstraram um resultado positivo, e de não haver questões a levantar, o presidente da mesa deu a palavra ao presidente do Conselho Fiscal para apresentar o seu parecer, o qual se mostrou favorável, seguidamente o presidente da mesa colocou à votação as contas e parecer do Conselho Fiscal sobre o exercício de dois mil e vinte e três, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

Passou-se, posteriormente, ao segundo ponto da ordem de trabalhos. Depois de apreciado o documento elaborado, e de não haver questões a levantar, o presidente da mesa deu a palavra ao presidente do Conselho Fiscal para apresentar o seu parecer, o qual se mostrou favorável, seguidamente o presidente da mesa colocou a votação o orçamento de contas e parecer do Conselho Fiscal sobre o exercício de dois mil e vinte e quatro, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Passou-se seguidamente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, tendo sido apresentado pelo presidente da direção Manuel Costa Teixeira, a proposta do plano de atividades para o ano dois mil e vinte e quatro. Posta à discussão a Assembleia Geral aprovou a proposta do plano de atividades para o ano de dois mil e vinte e quatro por unanimidade.

Foi, ainda, apresentado um voto de confiança à mesa para a elaboração da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelos membros da Assembleia Geral.

Macieira da Lixa, vinte e um de Dezembro de dois mil e vinte e três.

x Rui Miguel Maripho Teixeira

x Diogo Filipe Sousa Lino

Ata nº 32

Ao décimo dia do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu na sua sede, sita em Rua da Maçorra 4615-413, Macieira da Lixa, a Assembleia geral, presidida por Rui Miguel Marinho Teixeira, com a presença de quarenta e dois associados, a fim de discutir e aprovar a seguinte ordem de trabalhos

1- Apreciação, discussão e aprovação das contas e parecer do Conselho Fiscal sobre o exercício de dois mil e vinte e dois.

2- Apreciação, discussão e aprovação do orçamento de contas e parecer do Conselho Fiscal para o exercício de dois mil e vinte e três.

3- Apresentação, discussão e aprovação do plano de atividades para o ano dois mil e vinte e três.

A reunião de Assembleia Geral iniciou-se com o primeiro ponto da

ordem de trabalhos. Depois de apreciados os documentos elaborados (balanço e demonstração de resultados) que demonstram um resultado positivo, e de não haver questões a levantar, o presidente da mesa deu a palavra ao presidente do conselho Fiscal para apresentar o seu parecer, o qual se mostra favorável, seguidamente o presidente da mesa colocou à votação as contas e parecer do conselho Fiscal sobre o exercício de dois mil e vinte e dois, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade. ____

____ Passou-se, posteriormente, ao segundo ponto da ordem de trabalhos. Depois de apreciado o documento elaborado, e de não haver questões a levantar, o presidente da mesa deu a palavra ao presidente do conselho Fiscal para apresentar o seu parecer, o qual se mostrou favorável, seguidamente o presidente da mesa colocou a votação o orçamento de contas e parecer do conselho Fiscal sobre o exercício de dois mil e vinte e três, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade. ____

____ Passou-se seguidamente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, tendo sido apresentado pelo presidente da direção Manuel Costa Teixeira, a proposta do plano de atividades para o ano dois mil e vinte e três. Posta à discussão a Assembleia Geral aprovou a proposta do plano de atividades para o ano dois mil e vinte e três por unanimidade. ____

____ Foi, ainda, apresentado um voto de confiança à mesa para a elaboração da presente ata. ____

____ Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelos membros da Assembleia Geral. ____

____ Macieira da Lixa, dez de Fevereiro de dois mil e vinte e três. ____

x Rui Miguel Marinho Teixeira

"ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DA MAÇORRA-MACIEIRA DA LIXA"

E S T A T U T O S

ART.º 1.º

---A "Associação Desportiva da Maçorra-Macieira da Lixa" tem por fins a cultura social, desportiva e recreativa dos seus associados e da população local, tem duração por tempo indeterminado e vai ter a sua sede no lugar da Maçorra, da freguesia de Macieira da Lixa, do concelho de Felgueiras. -

ART.º 2.º

--- A associação passará a reger-se pelos presentes estatutos e, nos casos omissos, pela lei geral, e ainda por um regulamento interno que será aprovado em assembleia geral convocada para o efeito. -

ART.º 3.º

---A associação tem como objectivo promover e organizar actividades de carácter cultural, desportivo e recreativo, no seio da juventude e de outras camadas da população local. - - - - - - - - - - - - - - -

ART.º 4.º

--- A associação exercerá as suas actividades sem subordinação a qualquer ideologia política ou religiosa.- - - - - - - - - - - - - - -

ART.º 5.º

---Podem ser membros ou associados da associação todos aqueles que manifestem esse desejo e cuja inscrição seja aceite pela direcção.-

ART.º 6.º

---Constituem direitos dos associados:- - - - - - - - - - - - - - - - -

---1 - Participar nas assembleias gerais, eleger e ser eleito para os órgãos de gestão da associação; - - - - - - - - - - - - - - - - - -

---2 - Propôr à direcção as iniciativas que pretendam contribuir para os objectivos da associação e participar em grupos de trabalho para actuação em casos específicos. - - - - - - - - - - - - - - - - - -

ART.º 7.º

---Constituem deveres dos associados: - - - - - - - - - - - - - - - - - -

---1 - Colaborar individual e colectivamente, sempre que possível, com os corpos sociais da associação, quando estes o solicitem; - -

---2 - Exercer com zelo os cargos para que forem eleitos; - - - - -

---3 - Pagar as quotas que forem fixadas pela assembleia geral para as despesas e fins da associação; - - - - - - - - - - - - - - - - - -

---4 - Acatar as decisões dos corpos directivos e cumprir os estatutos. -

ART.º 8.º

---Perdem a qualidade de associados:- - - - - - - - - - - - - - - - - -

---1 - Os que apresentarem à direcção, por escrito, o seu pedido de demissão; -

---2 - Os que deixarem de pagar as suas quotas; - - - - - - - - - - -

---3 - Os que não respeitarem os presentes estatutos e regulamento interno, podendo o associado recorrer, com efeitos suspensivos, para a assambleia geral. -

ART.º 9.º

---1 - São órgãos da associação a assembleia geral, a direcção a o conselho fiscal. -

---2 - Os órgãos da associação são eleitos durante o mês de Janeiro, de dois em dois anos; -

---3 - Nenhum cargo dos órgãos sociais será remunerado. - - - - - -

ART.º 10.º

---1 - A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos; - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

---2 - A mesa da assembleia geral será constituída por um presidente e dois secretários; - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

---3 - Compete à assembleia geral, além do mais previsto na lei, apreciar e votar as propostas de alteração dos estatutos, eleger os órgãos sociais da associação, discutir e aprovar o relatório e contas anuais e bem assim o relatório do conselho fiscal. - - - - -

ART.º 11.º

---1 - A direcção será constituída por sete associados,um presidente, um vice-presidente, um secretário, um segundo secretário, um tesoureiro e dois vogais;- - - - - - - - - - - - -

---2 - Compete à direcção gerir os bens da associação, representar a associação em juízo e fora dele, incluíndo em todos os actos e contratos em que a associação seja interessada, bastando a intervenção ou assinatura quer do presidente quer do vice-presidente da direcção para obrigar a associação; - - - - - -

---3 - Facultar ao conselho fiscal todos os livros e demais documentos necessários ao desempenho das suas funções; - - - - - -

---4 - Admitir os associados e declarar excluídos os que tenham perdido essa qualidade, nos termos DO ARTIGO OITAVO: - - - - - - - -

ART.º 12.º

---1 - O conselho fiscal será constituído por um presidente e por dois secretários; -

---2 - Compete ao conselho fiscal verificar as contas da associação sempre que o entenda conveniente, verificar a legalidade das despesas efectuadas e dar parecer sobre o relatório e contas anuais. -- -

ART.º 13.º

--- São desde já eleitos para os órgãos da associação os seguintes sócios fundadores, outorgantes na escritura de constituição: - - -

ASSEMBLEIA GERAL

--- Presidente - Armindo da Costa Teixeira; - - - - - - - - - - - - -

--- 1.º Secretário - Horácio da Costa Teixeira; - - - - - - - - - - -

----2.º Secretário - Fernando José Teixeira Pires; - - - - - - - - -

DIRECÇÃO

--- Presidente - Francisco António da Cunha Pires; - - - - - - - - -

-- Vice-Presidente - Manuel Joaquim Nogueira Teixeira; - - - - - - -

---- 1.º Secretário - Anibal Gaspar dos Santos Coelho; - - - - - - - -

--- 2.º Secretário - José António dos Santos Coelho; - - - - - - - -

--- Tesoureiro - Manuel Joaquim Teixeira Pires; - - - - - - - - - - -

--- 1.º Vogal - António Ferreira de Sousa; - -- - - - - - - - - - - -

--- 2.º Vogal - Álvaro Justino dos Reis Vieira. - - - - - - - - -- - -

CONSELHO FISCAL

--- Presidente - João da Silva Martins; - - - - - - - - - - - - - - -

--- 1.º Secretário - José Joaquim da Costa Teixeira;-- - - - - - - -

--- 2.º Secretário - José António Teles de Sousa. - - - - - - - - -

ART.º 14.º

--- O mandato agora conferido aos associados eleitos por estes estatutos tem duração até ao final do ano de mil novecentos e noventa e dois.- -

--- Felgueiras, vinte e sete de Março de mil novecentos e noventa e um. Ressalvo as palavras rasuradas «nos termos».

José António Teles de Sousa
José Joaquim Costa Teixeira
João da Silva Martins
Fernanda José Teixeira Pires
Horácio da Costa Teixeira
Armindo da Costa Freitas
Álvaro Gustavo dos Reis Moura
António Teixeira Sousa
Manuel Joaquim Teixeira
Manuel Joaquim Vasconcelos Teixeira
Francisco António Coelho Pires
José António dos Santos Coelho
Emílio Goiga dos Santos Coelho
[illegible]
Rogério da Silva Queirós

O Notário,



REPÚBLICA PORTUGUESA

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOA COLECTIVA

Número de Identificação (NIPC)
502569891

Nome, Firma ou Denominação
ASSOCIACAO DESPORTIVA DA MACORRA-MACIEIRA DA LIXA

Domicílio ou Sede
MACIEIRA DA LIXA FELGUEIRAS

Caracterização Jurídica
ASSOCIACAO

Data de Constituição
27/03/1991

Actividade Principal
949010

Relatório de Atividades e orçamento de contas de 2023-2024

I – INTRODUÇÃO

De acordo com os Estatutos, cumpre-nos apresentar anualmente, em Assembleia-Geral e a todos os associados, o relatório das atividades e de orçamento de contas levadas a cabo durante o exercício em questão.

O relatório anual tem como objetivo resumir a ação desenvolvida durante o ano. O relatório deve ser constituído pelas seguintes partes: a introdução; a identificação das atividades;

Acompanhado pelo relatório devera ser elaborado o mapa de despesas e receitas com referência ao saldo que transita para o ano seguinte.

O relatório e orçamento de contas deve ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária. O Conselho Fiscal deve emitir parecer sobre este documento.

II – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. **Atividades Desenvolvidas**

- Organização de dois convívios de Natal;
- Organização de dois jogos convívios de solteiros contra casados;
- Organização da festa de aniversário da festa ADM;
- Organização do passeio às Fisgas;
- Participação no campeonato da AMAF;
- Participação na festa das coletividades Macieira e Caramos;
-

• : Rua Da Maçorra, 4615-413 Macieira da Lixa, Felgueiras
@: admacorra@hotmail.com

III– ORÇAMENTO DE CONTAS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
Quotização	250.00	Material Desportivo	300.00
Subsídios	2000.00	Gás	380.00
Concessão de bar	400.00	Manutenção do Campo	400.00
Atividades	300.00	Treinador	700.00
Patrocínios	250.00	Seguro	900.00
Saldo em caixa	390.00	Com jogadores	350.00
		Inscrições	200.00
Total	3590.00	Total	3230.00

Total receita:
3590.00

Total despesa:
3230.00

Saldo para o ano seguinte:
360.00

Saldo em caixa:
390.00

Macieira Lixa · 12 de Dezembro de 2023
João Cipriano Costa Teixeira

• : Rua Da Maçorra, 4615-413 Macieira da Lixa, Felgueiras
@: admacorra@hotmail.com

União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Exmo. Senhor Presidente da
União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos

15.3.2024

REQUERIMENTO DE CANDIDATURA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO

Contribuinte 502252926

Designação RANCHO FOLCLÓRICO DE MACIEIRA DA LIXA

Presidente ANTÓNIO JESSE CARVALHO

Morada RUA DAS PEREIRAS, 130

Código Postal 4615 | 414 | MACIEIRA DA LIXA

Telefone 966092880 **E-mail** geral@ztmlixa.pt

Data da Fundação 1984 **Publicação de Estatutos em** _____ **de** _____

Filiação Associação Confederação Portuguesa das Coletividades

Compromisso de Honra

Eu, abaixo-assinado (a), em nome da entidade acima identificada, venho apresentar o pedido de apoio à União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo, acompanhado por todos os documentos exigidos.
Certifico que todas as informações contidas neste processo de candidatura, incluindo os anexos do formulário, são verdadeiras.
Mais declaro, sob compromisso de honra, que o apoio solicitado se destina, exclusivamente, para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas.

Aos: 14/03/2024

Assinatura

RANCHO FOLCLÓRICO DE MACIEIRA DA LIXA
NIF: 502 652 926
Rua das Pereiras, N.º 130
4615-409 Macieira da Lixa

Assinatura do Representante Legal

O representante permite que a União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos utilize todos os dados fornecidos neste formulário para fins de gestão e avaliação da implementação do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural.

Declara que a entidade que representa cumpre, cumulativamente, os requisitos exigidos:

a) Estarem legalmente constituídos e serem dotados de personalidade jurídica;

b) Terem a sua sede e desenvolverem as suas atividades na Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, ou desenvolverem atividades consideradas relevantes da área na Freguesia das Macieira da Lixa e Caramos;

c) Terem as situações fiscal e perante a segurança social devidamente regularizadas;

d) Não se encontrarem em mora perante a Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos;

e) Terem aprovado o relatório de atividades e contas relativo ao ano anterior;

f) Colaborarem na organização e dinamização de atividades promovidas pela União das Freguesias, através da colaboração e participação gratuita na Festa das Coletividades a realizar anualmente no mês de Julho, e noutras atividades anuais a definir previamente por acordo com a União das Freguesias.

Caso a presente candidatura seja aprovada, autorizo a União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos a publicar no seu sítio na Internet, ou em qualquer outro meio apropriado, os seguintes elementos:

- O nome e o endereço do beneficiário da subvenção;
- A designação da subvenção.

Assumo que, em caso de aprovação da candidatura, será referenciado o apoio concedido em todos os materiais gráficos editados e ou outras formas de divulgação e promoção dos projectos e eventos a realizar.

Entidade

Nome Rancho Folclórico Macieira de Lixa

Representante Legal

Nome Antónia Bessa Carvalho

Local Macieira de Lixa **Data** 14/03/2024

Assinatura _____

RANCHO FOLCLÓRICO DE MACIEIRA DA LIXA
Rua das Pereiras, 130 – Macieira da Lixa

4615 – 409 LIXA - PORTUGAL

ESTATUTO DE UTLIDADE PUBLICA - D.R. , II Série, de 26-05-2008

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO – 2024

1984 – 2024

40 anos



N.I.F. - 502652926

INTRODUÇÃO

O presente documento, PAO – Plano de Atividades e Orçamento, aponta um conjunto de objetivos que têm em conta o Programa de Ação para o mandato 2023/2025, as necessidades entretanto surgidas e os contínuos compromissos entretanto assumidos, quer no contexto Associativo local, quer no contexto associativo nacional, Ibérico e internacional.

A presente proposta de PAO procura ter em conta 2 vetores fundamentais:

1º - Ter em conta as condições políticas associativas em consonância com as relações institucionais, Câmara Municipal de Felgueiras, as Juntas de Freguesia, Associação Empresarial e outras;

2º - Ter em conta que a concretização dos objetivos associativos depende de fatores externos e internos que temos de ter em atenção e atuar de acordo com as condições de cada momento e de cada caso, mas também procurar influenciar através da iniciativa e determinação associativa. Neste como noutros momentos, a corresponsabilidade financeira, a informação, o trabalho coletivo, a entreajuda, a cooperação ativa, a solidariedade e a coesão dos intervenientes e associados, são determinantes para atingirmos os nossos objetivos e proporcionar às Secções, aos associados e à população em geral, uma vida melhor, mais feliz e mais democrática.

Temos ainda a certeza que o novo panorama politico trará novas ideias e sentidos e que ajudará a gerir o M.A.P. sem partidarismo que é o que queremos na "família", apelando, contudo, ás regras democráticas e ao profícuo diálogo.

2 - Estruturação E organização associativa

A estruturação é essencial para as dinâmicas de apoio aos nossos associados, mas também para fazer valer a nossa razão junto de poderes a quem cabe decidir. Nesse sentido, deveremos aprofundar as linhas de estruturação e organização de acordo com os princípios estabelecidos na nossa candidatura:

- Continuar a incentivar a criação de novas Secções e dar movimento às que se encontram suspensas, desde que interessantes para a região.

- Prosseguir os contactos com instituições do Ensino Superior nomeadamente com o ESTGF e Escola Profissional de Felgueiras.

- Reforçar a intervenção no recém-criado CNAP, CPES e na Federação dos Jogos Tradicionais.

Protocolos:

- Incrementar a definição de protocolos, com áreas afins, de modo a rentabilizar sinergias e fortalecer o Movimento Associativo Popular, tanto no setor público como no setor privado.

3 - AÇÃO DAS SECÇÕES

Secção de Folclore / Etnografia:

- Promover o Cantar de Reis na região da Lixa, com a Associação Berço da Cultura no dia 06 de janeiro na Casa da Cultura da Lixa, ***na eventualidade de a Câmara Municipal*** *não avançar com a amostra conjunta.*

- Promover o Turismo do concelho de Felgueiras, os bordados da Lixa, doçaria e os Vinhos Verdes em todas as regiões do país e estrangeiro, onde possamos intervir e atuar.

- Aceitar os honrosos Convites em parcerias Ibéricas, vindas de da Comunidade, da África do Sul, Namíbia, Guiné Bissau e Angola, de França, Austrália, Brasil e de Macau/Hong Kong e U. K e Açores..

- Promover o XXXIII Festival Nacional de Folclore "Cidade da Lixa" no dia **14 de setembro e VI Festival Ibérico**, integrado nas Comemorações dos 40 anos da Associação.

- Promover as Comemorações dos 40 anos da Associação a **21 de setembro**, com um jantar de Gala, onde se deve proceder ao reconhecimento de quem tanto tem dado á associação ao longo dos anos.

5 - Sustentabilidade financeira do movimento

Quando apresentamos a Aprovação de Contas de 2022, apresentámos aos associados as fragilidades com que nos iríamos debater na questão das receitas sabíamos das dificuldades com que nos iríamos debater ao longo do ano e, nesse sentido, apelávamos à mobilização de todos os Órgãos Sociais.

Ao apresentarmos o Plano de Atividades para o ano de 2024, infelizmente as exigências não são menores, pelo contrário, a própria situação do país a isso nos obriga.

Todos sabemos e temos consciência, que o principal pilar da sustentabilidade financeira da nossa Associação é o apoio das instituições públicas/privadas com base na lei do mecenato, onde o Reconhecimento do Mecenato faz jus ao nosso esforço.

Com as dificuldades que se avizinham, as despesas agravam-se, o rigor no acompanhamento do orçamento agora apresentado, terá que estar sempre na nossa frente, para que todos tenhamos consciência da situação financeira.

6 - Relações Externas

Considerando que o movimento associativo, particularmente a nossa coletividade, não pode viver fechado nas suas quatro paredes, isolada do Mundo que a rodeia, e das condições de vida dos seus associados e população do meio em que intervimos, propomo-nos:

- Participar ativamente na nova PLATAFORMA IBÉRICA ASSOCIATIVA, nomeadamente em ações transfronteiriças.

- Participar com as Instituições que tenham por objetivo a defesa e a manutenção da paz e dos direitos humanos;

- Integrar e colaborar em iniciativas que visem a defesa da Constituição da República e da liberdade;

- Estabelecer contactos com Associações representativas do Movimento Associativo Popular em outros Países, nomeadamente europeus, com vista à identificação dos respetivos modelos de organização e ao possível entrosamento de ações, nomeadamente as transfronteiriças através do FEAF – Federação Espanhola das Artes e do Folclore e as do Movimento linguístico a partir da Galiza;

- Participar nas ações a promover pelas C.P.C.C.R.D., pela Fundação Inatel e outras que provenham de futuros protocolos.

- Incentivar as parcerias assinadas com o Agrupamento de Escolas da Lixa, com a UTAD, com a Associação Luso Indiana Damanense, com a Korsang Di Melaca, com a ASOPTS-GB e com a C.C.I.P.C.M.

ATA nº 240

Aos vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, reuniu esta direcção na sua Sede Social em Marteira de Lixa, pelas vinte e uma horas, com a presença de todos os elementos da Direcção com a Missão de APROVAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO - 2024.

Depois de uma breve introdução, relativa a acções desenvolvidas, nomeadamente o Festival de Folclore em Valença e do adiamento da presença em Loudres, para aturar no Festa de NATAL, sendo a mesma adiada para dezasseis de Março de 2024 devido à guerra em ISRAEL. Posto isto e porque o mundo continua e o Movimento Associativo não pára porque porque faz parte da sociedade envolvente, decidimos ser mais ousados, tendo em conta de que o R.F.M.Lixa, comemora quarenta anos em dois mil e vinte e quatro.

Decidimos iniciar o canto de Reis, a 6ª feira, à IPSS de Codesseso, onde se encontra o Presidente Fundador da Associação Sr. Reis e Esposa.

Depois de forma pausada, realizar o Dia da Rádio no dia Treze de Dezembro de 2024.

DIA MUNDIAL da DANÇA ou DIA DO ESCUTISMO - 29/04/2024

DIA DA EUROPA no DIA 09/05/2024

DIA INTERNACIONAL DAS MICRO Pequena e Médias Empresa - 27/06/2024

Festival de Folclore "Cidade de Lixa" a 14/09/2024

Eucaristia e Romagem ao cemitério no dia 21/09/2024

DIA DAS NAÇÕES Unidas a 24/10/2024

DIA MUNDIAL da Diabetes a 30/11/2024

Realizar com a ASOPTS - GB: a Operação Pioneira na Guiné Bissau com a presença do RFMLixa.

Realizar uma Digressão (S/data) à Costa do MARFIM

Realizar uma Digressão a Macau - HongKong (S/data)

Realizar uma Digressão a Indonésia.

A aguardar parecer da Direcção da ACRA - FEIRA da OVIBEJA - Beja

A aguardar parecer da Direcção da FNA - SANTARÉM

A aguardar decisão da AJE ENTIDEN - Rádio Bordéus

Estamos a esboçar um Plano e Orçamento para o ano 2024 | dois mil e vinte e quatro, sem dúvida ambicioso, com uma previsão de despesas para (16.820.00) dezasseis mil, oitocentos e vinte euros e um total de Receitas de (16.820.00) dezasseis mil oitocentos e vinte euros.

[redacted]

AT autoridade tributária e aduaneira

Serviço de Finanças de FELGUEIRAS - [1775]

CERTIDÃO

Rui Manuel Baptista Carvalho Soqueiro, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de FELGUEIRAS.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).
A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.
Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 6 de Março de 2024.

IDENTIFICAÇÃO
NOME: RANCHO FOLCLORICO DE MACIEIRA DA LIXA
NIF: 502652926

Elementos para validação
Nº Contribuinte: 502652926
Cód. Validação: FWWHFMQYRIPT

O Chefe de Finanças,

(Rui Manuel Baptista Carvalho Soqueiro)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

SEFMP041_W26

SEGURANÇA SOCIAL | INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL I.P.
CENTRO DISTRITAL DO PORTO
RUA ANTÓNIO PATRÍCIO, N.º 262
4199-001 PORTO

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte RANCHO FOLCLÓRICO DE MACIEIRA DA LIXA

Firma/Denominação RANCHO FOLCLÓRICO DE MACIEIRA DA LIXA

N.º de Identificação de Segurança Social 20018102009

N.º de Identificação Fiscal 502652926

N.º da Declaração 034826546ASCD23

Data de emissão 2023-12-06

RANCHO FOLCLÓRICO DE MACIEIRA DA LIXA
BOAVISTA
MACIEIRA DA LIXA
4615-402 MACIEIRA DA LIXA

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

O Diretor de Segurança Social

Miguel Cardoso

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 20018102009

Código de Verificação - QFZWUAGNCY2KUA6

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.
Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.

DE BESSA CARVALHO

ANTÓNIO JOSÉ

M 1,66 PRT 19 03 1960

05710203 1 ZY8 02 05 2028



CARTÃO DE CIDADÃO
CITIZEN CARD

ALEXANDRE PEREIRA DE CARVALHO * DEOLINDA BESSA TEIXEIRA

006.007.23

147643805 11321806607 169080443

I<PRT057102031<ZY86<<<<<<<<<<<
6D03195M2805025PRT<<<<<<<<<<<4
DE<BESSA<CARVALHO<<ANTONIO<JOS


CARTÃO DE CIDADÃO
CITIZEN CARD

PORTUGAL

PEREIRA DA CUNHA GIL

ANABELA

F 1,61 PRT 01 11 1976

11164843 8 ZX4 16 05 2029

ZX4

Anabela Pereira Cunha Gil

CARTÃO DE CIDADÃO
CITIZEN CARD

PORTUGAL
REPÚBLICA PORTUGUESA · PORTUGUESE REPUBLIC

APELIDO(S) SURNAME
DA COSTA MAIAS

NOME(S) GIVEN NAMES
JOSÉ MARIA

SEXO SEX	ALTURA HEIGHT	NACIONALIDADE NATIONALITY	DATA DE NASCIMENTO DATE OF BIRTH
M	1,66	PRT	22 10 1963

Nº DOCUMENTO DOCUMENT NO.	DATA DE VALIDADE EXPIRY DATE
06659459 6 ZY6	11 03 2029

Nº DO CIVIL CARD ID NO.

ASSINATURA DO TITULAR HOLDER'S SIGNATURE

ZY6

José Maria da Costa Maias



PORTUGAL
CARTÃO DE CIDADÃO
CITIZEN CARD

PRIMEIRO APELIDO FIRST SURNAME
ANTÓNIO PEREIRA MAIAS * AMÉLIA DA COSTA

006.008.24

Nº IDENTIFICAÇÃO FISCAL TAX NO.	Nº SEGURANÇA SOCIAL SOCIAL SECURITY NO.	Nº UTENTE DE SAÚDE HEALTH NO.
142781207	11096379130	172572253

I<PRT066594596<ZY69<<<<<<<<<<<
6310220M2903116PRT<<<<<<<<<<<4
DA<COSTA<MAIAS<<JOSE<MARIA<<<<

ORÇAMENTO DESPESA - 2024

Contas	Rubricas	Valor
62	**Fornecimentos e Serviços Externos**	
622	Serviços Especializados	
6226	Conservação e Reparação	
	Reparação de Equipamentos	100,00
	Reparação de Trajes	100,00
	Conservação da sede	500,00
6227	Serviços Bancárias	
	Despesas bancárias	120,00
6228	Outros	
	Organização Festival Internacional	2.500,00
	Despesas Diversas	1.600,00
623	Materiais	
6233	Material de Escritório	
	Papelaria	150,00
	Tipografia	200,00
6234	Artigos para oferta	
	Troféus e Medalhas	450,00
6238	Outros	
624	Energia e fluidos	
6241	Electricidade	400,00
6242	Combustiveis	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes	
6252	Transportes de Pessoal	
	Transportes	10.000,00
626	Serviços Diversos	
6261	Rendas e alugueres	
	Aluguer aparelhagem som	300,00
	Aluguer Palco Festival	0,00
6262	Comunicação	
	Correio	100,00
64	Gastos de Depreciação e de Amortização	
642	Activos fixos tangíveis	
68	Outros Gastos e Trajes	
688	Outros	
6882	Donativos	
6883	Quotizações	
	Quotizações de instituições	300,00
	Total de Despesas	**16.820,00**

RANCHO FOLCLÓRICO DE
MACIEIRA DA LIXA

Relatório e Contas de 2023

Contas	Rubricas	Valor
62	**Fornecimentos e Serviços Externos**	
622	Serviços Especializados	
6226	Conservação e Reparação	
	Despesas na Sede	13,64
	Reparação de Instrumentos	26,70
	Aquisição de Trajes	330,00
6227	Serviços Bancárias	
	Despesas Bancárias	117,32
623	Materiais	
6234	Artigos para oferta	
	Troféus e Medalhas	92,25
6238	Outros	
	Despesa receção grupo de Macau	210,00
	Despesas Desfolhada	103,01
624	Energia e fluidos	
6241	Electricidade	
	EDP	275,67
6243	Água	
	Câmara Felgueiras	34,67
625	Deslocações, Estadas e Transportes	
6251	Deslocações e Estadas	
	Viagem aos Açores	6.200,00
	Deslocação Transporte a Alviázere	750,00
	Deslocação Transporte a Valença	425,00
	Jantar Aniversário	1.100,00
626	Serviços Diversos	
6261	Rendas e Alugueres	
	Aluguer aparelhagem som	0,00
6262	Comunicação	
	Site da Associação	100,70
6263	Seguros	
	Recheio da Sededa Associação	175,99
	Seguro Grupo AC Pessoais	206,33
64	Gastos de Depreciação e de Amortização	
642	Activos fixos tangíveis	
6883	Quotizações	
	Quotas CPCCRD	60,00
	Total de Despesas	**10.221,28**

Apoio para a realização do IX Trail Condinvest/Quinta da Lixa

De LixAnima <lixanima@gmail.com>
Para <geral@macieiradalixa-caramos.pt>
Data 2023-06-13 15:02

Caro Presidente da União de freguesias de Macieira da Lixa e Caramos,

Vimos, por este meio, pedir colaboração (apoio) para a realização do IX Trail Condinvest/Quinta da Lixa, a realizar no próximo dia 18 de junho.
Contámos, a exemplo de anos anteriores, com a vossa ajuda.

Com os melhores cumprimentos

A Direção

2.4 04/10

Despacho
1 - T. C
2 - À Reunião de Executivo.
3 - Aprovado o valor de 100 €
13.06.2023

agência portuguesa do ambiente

1.1

UNIÃO DE FREGUESIAS DE MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS
Entrada: 14/06/2024
Despacho: ☐ Urgente ☐ P'conhecimento
☐ Secretário(á) ☐ Tesoureiro(a)
☐ GA Macieira ☐ GA Caramos
☐ à reunião executivo ☐ Presidente Assembleia
Obs: 1 - T. C

Exmos. Senhores
União das Freguesias Macieira da Lixa e Caramos
Rua das Pereiras, n.º 79
4615-409 Macieira da Lixa, Felgueiras

Registado com aviso de receção

S/ referência	Data	N/ referência	Data
		Proc. N.º DAF/438/2017 **S034431-202406-ARHN.DAF**	

Assunto: **Processo de Contraordenação n.º DAAF.438.2017**
Notificação de Decisão Administrativa

Encarrega-me a Excelentíssima Senhora Administradora Regional da ARH do Norte de notificar V. Exa., nos termos do Artigo 43.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de Agosto, da Decisão Administrativa proferida no processo de Contraordenação melhor identificado no assunto, em que V Exa. figura como arguido (a).

Com os melhores cumprimentos,

A Assistente Técnica,

Sílvia Castro

Anexos: Decisão do Processo de Contraordenação

(Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento)

REPÚBLICA PORTUGUESA
AMBIENTE E ENERGIA

Rua Formosa, 254
4049-030 Porto
Tel: (+351) 223 400 000 | Fax: (+351) 223 400 010
email: arhn.geral@apambiente.pt
apambiente.pt

DECISÃO

PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO

ARHN.DAAF.00438.2017

Arguida

Junta de Freguesia da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos

I – RELATÓRIO

Foi instaurado o presente processo de contraordenação a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, com NIPC 501 194 096, com sede na Rua das Pereiras, n.º 79, 4615-409 Macieira da Lixa, Felgueiras, mais bem identificada nos autos, por se considerar que os factos constantes do auto de notícia n.º 088/2017, elaborado pelo NPA do Destacamento Territorial de Felgueiras da Guarda Nacional Republicana (doravante, "GNR"), cujo, conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido para todos os legais efeitos, são suscetíveis de consubstanciar a prática da contraordenação muito grave, prevista na alínea a) do n.º 3 do art.º 81.º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 87/2023, de 10 de outubro [Regime da Utilização dos Recursos Hídricos (doravante, «RURH»)], punível nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 22.º da Lei nº 50/2006, de 29 de agosto, na redação conferida pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março (doravante, "LQCOA"), com uma moldura de coima de €24.000,00 a €144.000,00, em caso de negligência e de €240.000,00 a €5.000.000,00 em caso de dolo.

*

II – PRONÚNCIA DA ARGUIDA

Com a instauração do presente processo contraordenacional foi concedido à arguida, a possibilidade de num prazo razoável, apresentar a sua defesa (escrita ou mediante declaração verbal), tendo a mesma sido notificada, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos

Rua Formosa, 254
4049-030 Porto
Tel: (+351) 223 400 000 | Fax: (+351) 223 400 010
email: arhn.geral@apambiente.pt
apambiente.pt

43.º e 49.º da LQCOA. Isto porque, nenhuma coima ou sanção acessória pode ser aplicada sem antes se ter assegurado à arguida a possibilidade de se pronunciar sobre os factos que lhe são imputados e a sanção em que pode incorrer. Nesta fase de instrução, foi permitido à arguida apresentar meios de prova (testemunhal e documental, nomeadamente comprovativos da sua situação económica de IRS/IRC) e constituir advogado, caso assim o entendesse. A apresentação da defesa consiste num direito da arguida, ficando na discricionariedade desta exercer tal direito ou não. Devidamente notificada, conforme certidão junta aos autos, a arguida optou por apresentar defesa, cujo, teor se dá aqui como integralmente reproduzido para todos os legais efeitos. Como elementos de prova a arguida juntou Projeto de Intervenção na Ribeira de Santa Natália em Macieira da Lixa.

*

Com interesse para a matéria dos autos nada mais se acrescentou.

*

III – FUNDAMENTAÇÃO

A ARH do Norte da APA. I.P. formou a sua convicção positiva com base na análise crítica e conjugada das provas produzidas e examinadas em sede de instrução do presente processo, atendendo nos dados objetivos fornecidos pelos documentos juntos aos autos. Cotejando as provas produzidas e as diligências levadas a cabo, os indícios recolhidos mostraram-se suficientes para que se torne legítima a dedução da acusação. No entanto, face ao tempo decorrido desde a prática dos factos, cumpre analisar o decurso do tempo para efeitos prescricionais do presente processo de contraordenação. Estabelece o n.º 1 do artigo 40.º da LQCOA *"O procedimento pelas contraordenações graves e muito graves prescreve logo que sobre a prática da contraordenação haja decorrido o prazo de cinco anos, sem prejuízo das causas de interrupção e suspensão previstas no regime geral"*. Por seu turno, acrescenta o n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atual, que consagra o Regime Geral das Contraordenações (doravante, "RGCO"), que *"[a] prescrição do procedimento tem sempre lugar quando, desde o seu início e ressalvado o tempo de suspensão, tiver decorrido o prazo da prescrição acrescido de metade"*. Ora, no caso concreto, os factos reportados no auto de notícia que deram origem ao processo de contraordenação ocorreram em 07/08/2017. Sendo que desde 08/01/2018, data da última diligência instrutória interruptiva do prazo de prescrição, não ocorreu qualquer outra causa interruptiva ou suspensiva. Consequentemente, computando

Rua Formosa, 254
4049-030 Porto
Tel: (+351) 223 400 000 | Fax: (+351) 223 400 010
email: arhn.geral@apambiente.pt
apambiente.pt

o lapso temporal volvido, conclui-se que a contraordenação em causa, encontra-se extinta, por efeito do decurso do prazo de prescrição contraordenacional.

Adverte-se que as obras realizadas na linha de água não asseguram a conformidade com as disposições legais que lhes são aplicáveis, cabendo, por conseguinte, à arguida diligenciar **pela regularização imediata da legalidade, mediante apreciação prévia da ARHN da APA, IP.**

*

IV – DECISÃO

Face ao exposto, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 54.º do RGCO, aplicável *ex vi* artigo 2.º da LQCOA e ao abrigo das disposições legais supracitadas, decide-se:

i. Arquivar os autos do presente processo de contraordenação;

ii. Não aplicar custas, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 58.º da LQCOA.

*

Notifique.

(Elaborado e processado em computador e integralmente revisto pelo signatário – artigo 94º, n.º2, do C.P.P.)

A Administradora Regional da ARH do Norte

Assinatura válida
Assinatura digital gerada por
INÊS ALEXANDRA
GOMES DA COSTA
ANDRADE
Data 22-05-2024 16:22

Inês Andrade

(No uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 3772/2024,
DR, n.º 69, Série II, de 8 de abril de 2024)

Rua Formosa, 254
4049-030 Porto
Tel: (+351) 223 400 000 | Fax: (+351) 223 400 010
email: arhn.geral@apambiente.pt
apambiente.pt

Exmo. Senhor
Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P

Nome UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MACIEIRA DE LIXA E CAS
Morada RUA DAS PEREIRAS, 79, MACIEIRA DE LIXA
Código Postal 4615-409 Freguesia MACIEIRA DE LIXA Telefone 255496625
NIF 510837662 Email GERAL@MACIEIRADELIXA-CASTRO.PT

ASSUNTO: PROJETO DE INTERVENÇÃO NA RIBEIRA DE SANTA NATÁLIA - MACIEIRA DE LIXA

VEM POR ESTE MEIO, APRESENTAR A V. EXAS O PROJETO DE INTERVENÇÃO NA RIBEIRA DE SANTA NATÁLIA - MACIEIRA DE LIXA, PARA EMISSÃO DO COMPETENTE PARECER, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI 226-A/2007.

PEDE DEFERIMENTO,

O PRESIDENTE DA UNIÃO

PORTO 19 de OUTUBRO de 2017
(D/M/A)

(Assinatura)

Imp.06SA.01_Requerimento_APAIP

União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Ordem do dia

Ata nº 37
10-07-2024

DESPACHO

Considerando que:

A abertura do procedimento por Consulta Prévia para a execução da empreitada "Pavimentação da Travessa de Crasto – referência 003/2024", à empresa **Construções Paralelo. Lda,** à qual este procedimento cumpriu todos as disposições legais descritas no CCP.

- **Determino:**

Aprovar a proposta com a decisão de adjudicação da empreitada à V/ empresa em epígrafe, pelo valor de **31 080,00€** (trinta e um mil e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, fica V. Exa. notificado, em conformidade com o respetivo despacho para:

a) No prazo máximo de 5 dias, apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 126º do CCP.

Macieira da Lixa e Caramos, 11 de julho de 2024.

O presidente da União

(Marco César Teixeira da Silva)

Parecer Prévio
Despesa devidamente cabimentada no nosso orçamento, com fundos disponíveis, conforme o artigo nº 13 do Decreto-Lei nº 155/92.

Despesa Autorizada
(22º Decreto-Lei nº 155/92)

Tesoureira da União
(Drª Liliana Patrícia Pires da Cunha)

Rua das Pereiras nº 79, 4615-409 Macieira da Lixa * tel. 255 496 625
Email – geral@macieiradalixa-caramos.pt
www.macieiradalixa-caramos.pt

Macieira e Caramos.